

The background of the cover is a light blue grid of interlocking puzzle pieces. Some pieces are colored in a repeating pattern of yellow, red, pink, and brown. Several hands of different colors (pink, green, brown, yellow, red, blue) are shown placing or holding puzzle pieces. The hands are stylized with long, tapered arms. The title is centered in a bold, dark blue, sans-serif font.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA:

PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM GÊNEROS LITERÁRIOS DIVERSOS

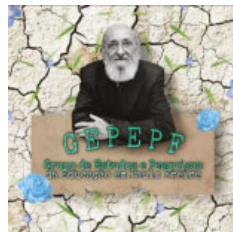
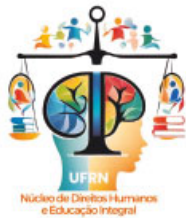
MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO
RICARDO SANTOS DE ALMEIDA
(ORGS.)

 editora
CAULE DE PAPIRO®

The background of the entire page is a light gray grid of interlocking puzzle pieces. Some of these pieces are replaced by a darker gray checkerboard pattern. Overlaid on this grid are several stylized, light gray hands of different sizes and orientations. Each hand is shown in the process of placing or holding a puzzle piece. The hands are positioned around the central text, with some reaching from the top corners and others from the bottom corners, creating a sense of collaborative assembly.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA:

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM
GÊNEROS LITERÁRIOS DIVERSOS**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Maria Aparecida Vieira de Melo
Ricardo Santos de Almeida
(orgs.)

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA:

PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM
GÊNEROS LITERÁRIOS DIVERSOS

 editora
CAULE DE PAPIRO®
Natal
2025

©2025. Maria Aparecida Vieira de Melo e Ricardo Santos de Almeida (orgs.). Reservam-se os direitos e responsabilidades do conteúdo desta edição aos autores. A reprodução de pequenos trechos desta publicação pode ser realizada por qualquer meio, sem a prévia autorização dos autores, desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei n. 9610/1998) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei N° 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Editora	<i>Rejane Andréa Matias Alvares Bay</i>
Conselho Editorial	<i>André Gustavo Ferreira da Silva (UFPE)</i> <i>Allan Diego Rodrigues Figueiredo (Universidade estadual do Piauí-UEPI)</i> <i>José Alan da Silva Pereira (Secretaria de Educação de Caruaru-PE)</i> <i>Juliano Sistherenn (Instituto Federal do Pará-IFPA)</i> <i>Alessandra Maria dos Santos (Prefeitura Municipal Recife-PE)</i> <i>Davi Glasiel de Azevedo Marinho (Secretaria Segurança Paraíba)</i> <i>Max Rodolfo Roque da Silva (Secretaria Educação Pernambuco-PE)</i> <i>Marcelo Gonçalves Santos (Faculdade Osman Lins-PE)</i> <i>Alex Lins Ferreira (Secretaria Educação de Pernambuco)</i> <i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>
Revisão	<i>Ricardo Santos de Almeida</i>
Capa	<i>José Marinho</i>
Diagramação Eletrônica	<i>Caule de Papiro</i>

Catálogo da Publicação na Fonte.
Bibliotecária/Documentarista:
Rosa Milena dos Santos - CRB 15/847

M528d Melo, Maria Aparecida Vieira de.

Direitos Humanos e Justiça Restaurativa: práticas integrativas em gêneros literários diversos [recurso digital] / Maria Aparecida Vieira de Melo; Ricardo Santos de Almeida (Orgs.). – Natal: Caule de Papiro, 2025.

79 p. : il.

ISBN 978-65-5477-112-2

1. Educação. 2. Direitos Humanos. 3. Justiça Restaurativa. 4. Gêneros literários. I. Almeida, Ricardo Santos de. II. Título.

CDU 37:342.7

Caule de Papiro gráfica e editora
Rua Serra do Mel, 7989, Cidade Satélite
Pitimbu | 59.068-170 | Natal/RN | Brasil
Telefone: 84 3218 4626
www.cauledepapiro.com.br

Educação é um direito universal e não um serviço. A educação que buscamos é de qualidade, possibilita a inclusão, permite o pleno desenvolvimento da potencialidade de cada pessoa, constrói o respeito à diferença, promove a equidade e a paz.

Richard Hartill (2006)

Dedico esta obra a todos os/as leitores/as de modo geral e aos/as autores/as de modo particular, pois a sensibilidade inerente a cada um, promove a compreensão por meio de outras lentes sobre os Direitos Humanos e Justiça Restaurativa.

AGRADECIMENTOS

Registro minha gratidão a todas as pessoas que se encontram diretamente e indiretamente presentes nesta obra. Uma obra fruto de um curso de extensão que foi vivenciado no interregno de março de 2024 a agosto de 2024, através do AVA-PROEX, fruto do projeto de pesquisa: observatório educação em Direitos Humanos: a formação de professores no território caicoense fomentado pela Fundação Norte-Rio Grandense de Pesquisa e Cultura, fruto do Edital Nº 06/2023 - Novos Pesquisadores, o qual em nome de Iara Lúcia Vaz Guedes, agradeço a toda a equipe da Funpec, pois é com esta equipe maravilhosa que podemos empreender significativamente no processo formativo dos cursistas.

Agradeço a Deus pela capacidade que tem me dado para gerenciar as ações que venho realizando no campo do ensino, pesquisa e extensão. São muitas ações que permeiam o que fazer-pedagógico. Deste modo, a ti meu Deus, agradeço, sobretudo, pelo dom da vida.

Agradeço ao companheirismo do Coordenador Adjunto, o professor duplamente Doutor Ricardo Santos de Almeida por sua gentileza, generosidade e colaboração neste projeto. Um trabalho altamente relevante e interessante para que as ações de extensão ocorressem pelo AVA-PROEX da UFRN.

Agradeço, a generosidade do corpo docente que esteve conosco nesta empreitada que nos rendeu aulas maravilhosas, as quais estão disponíveis em nosso YouTube Gepepf. oficial, gratidão aos professores doutores: Marcos, Cezar e Leandro, bem como as professoras Doutora Catarina e a professora especialista Rosana. Gratidão, colegas pela cooperação nesta empreitada.

Agradeço, profundamente as monitoras Dayane, Vivian e Celeste, que iniciaram e terminaram atuantes no apoio, pois todo o apoio logístico, estético e ético foram fundamentais para no interregno do curso tirar as dúvidas dos cursistas. Gratidão, às pérolas do Seridó!

Ademais, agradeço aos discentes que estiveram em formação conosco, a presença de vocês, tenham certeza, é a razão de nossa inclinação para o processo formativo contínuo.

Com estima, Maria Aparecida Vieira de Melo

Sumário

Sobre os Organizadores	11
Prefácio	13
<i>Ricardo Santos de Almeida</i>	
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	
Apresentação	15
<i>Ricardo Santos de Almeida</i>	
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	

GÊNEROS LITERÁRIOS POÉTICOS

VERSOS DE ESPERANÇA: A TRILHA DOS DIREITOS HUMANOS	18
<i>Adrielly Lucena de Oliveira</i>	
O DIREITO A ESPERANÇA	20
<i>Alyne Medeiros dos Santos</i>	
UMA MULHER EDUCADA/TERRITORIALIZADA	21
<i>Ane carine Meurer</i>	
RASGUEI	23
<i>Ane carine Meurer</i>	
JUSTIÇA RESTAURATIVA, UM ABRAÇO QUE CURA	24
<i>Bruna Valéria Araújo Pereira</i>	
DIREITOS HUMANOS	25
<i>Camilly Vitória da Silva</i>	
ASAS EM CURSO	26
<i>Celeste Aurora da Nóbrega Calixto</i>	
PROGRESSO	28
<i>Gabriela Farias Alves</i>	
DIREITOS HUMANOS – DIREITOS DE TODOS NÓS	29
<i>Heloisa Aparecida Rossi de Oliveira</i>	
DIREITOS HUMANOS: LIBERDADES FUNDAMENTAIS	30
<i>Isaque Pereira da Silva</i>	
A VOZ DE TODES	32
<i>Jadson de Menezes Vicente</i>	
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	
<i>Ricardo Santos de Almeida</i>	

INSPIRAÇÃO DIREITOS HUMANOS	34
<i>Josenalvo Cerqueira da Silva</i>	
DIREITOS HUMANOS	35
<i>Lindinês de Lima Fernandes</i>	
O VAZIO QUE ANTES ME HABITAVA	36
<i>Luciélia Vivian Silva de Medeiros</i>	
A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO UMA PRÁTICA EDUCATIVA HUMANIZADORA ...	38
<i>Maria Aparecida Fernandes de Lima</i>	
O POEMA DA ETERNA ESTUDANTE	40
<i>Mariana Clara Silva dos Santos</i>	
UMA JORNADA PELOS DIREITOS HUMANOS	41
<i>Miguel Félix da Silva</i>	
POVO	42
<i>Mikaelly Rayanne Santos Menino</i>	
A POESIA DO DIREITO	43
<i>Rebeka Nayara da Silva</i>	
COR DE PELE	44
<i>Renata Maria Pires Marinho</i>	
DIFERENTES E IGUAIS	46
<i>Rodrigo Lima do Nascimento</i>	
DIREITOS HUMANOS É CIDADANIA	47
<i>Sara Ingrid Borba</i>	
TRANSFORMAR O MUNDO À PALAVRA	48
<i>Tácio Dê Boaventura Santos</i>	
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	
<i>Ricardo Santos de Almeida</i>	
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA	50
<i>Washington Gomes da Silva</i>	

CARTAS

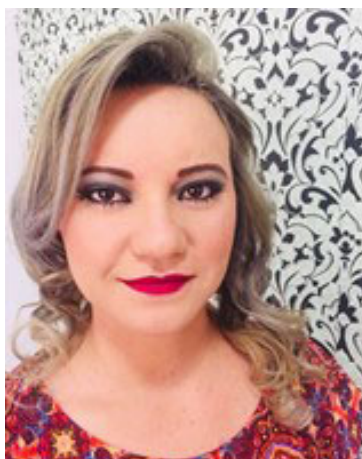
CARTA ABERTA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL/ ESTADUAIS	52
<i>Andrea Maria de Farias e Melo</i>	
CARTA ABERTA PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA OS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA	56
<i>Diogo Pereira Okamoto</i>	

EXPERIÊNCIA NA CONCLUSÃO DO CURSO DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA	59
<i>Gabriela Medeiros Silva</i>	
CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA	60
<i>Lindovon Dias Pessoa</i>	
CARTA ABERTA: DA VIOLÊNCIA À REDENÇÃO PELA PALAVRA	62
<i>Marcos Antônio Gomes de Araújo</i>	
CARTA ABERTA: REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA	64
<i>Mizaele Bezerra da Silva</i>	
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	
<i>Ricardo Santos de Almeida</i>	
CARTA ABERTA AOS AGENTES PÚBLICOS	66
<i>Paloma Nascimento da Silva</i>	

CRÔNICAS

CRÔNICAS DE UM PROCESSO FORMATIVO EM DIREITOS HUMANOS	70
<i>Cauê Almeida Galvão</i>	
Posfácio	77
<i>Maria Aparecida Vieira de Melo</i>	
Índice Remissivo	78

Sobre os Organizadores



MARIA APARECIDA VIEIRA DE MELO

Doutora pela UFPB; Professora da UFRN/CERES; Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Metodologias de Ensino e Processos de Aprendizagem (PROMENAP/UFRN). Linha de Pesquisa: Linguagens, Inclusão e Diversidade e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, na Universidade Federal de Pernambuco (PPGDH/UFPE), Linha de Pesquisa 1 Educação em Direitos Humanos, Justiça e Cultura de Paz; Diretora Pedagógica do Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisas; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire; Coordenadora do Comitê da Educação Integral - polo Caicó; Coordenadora do Fórum Metropolitano da EJA-PE; Coordenadora da Rede Brasileira da Educação em Direitos Humanos-PE; Membro da REPPED; Membro da REDHUMANI; Titular da CNEJA/MEC. Coordenadora geral do Curso de Formação Continuada de Educação em Direitos Humanos: Educadores da rede básica de Caicó/RN.

E-mail: m_aparecida_v_melo@hotmail.com.

Contato: (81) 9.8530.3448.



RICARDO SANTOS DE ALMEIDA

Doutorados: Geografia, pela UFSM (2025); e Educación, pela UI (2022) reconhecido pela UNIVALI (2022). Mestrados: Master of Science in Emergent Technologies in Education, pela MUST University (2023) reconhecido pela UNICID (2024); e Geografia, pela UFS (2016). Desenvolve estudos e pesquisas relacionadas às temáticas: agronegócio, território e territorialidades, processos de ensino-aprendizagem em Geografia, Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e Educação do/no campo. Pesquisador dos Núcleos e Grupos de Pesquisa - Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES-UFAL), desde 2022; Grupo de Pesquisas: Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN), e Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM), desde 2021; Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Camponeses (NUPEEJAIC/UNEAL), desde 2020; Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL), e Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL), desde 2016; e do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL), desde 2009. Associado - Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH), e ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire), onde atua como Conselheiro Fiscal. Atuação Profissional - Representante Suplente da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) do Ministério da Educação (MEC), desde 2023. Docente da rede pública de Porto Calvo/AL.

E-mail: ricardosantos@gmail.com.

Prefácio

Ricardo Santos de Almeida
Maceió/AL

Maria Aparecida Vieira de Melo
Caicó/RN

O curso de extensão em Educação para os Direitos Humanos e Justiça Restaurativa, oriundo do projeto de pesquisa: observatório educação em Direitos Humanos: a formação de professores no território caicoense fomentado pela Fundação Norte-Rio Grandense de Pesquisa e Cultura, fruto do Edital Nº 06/2023 - Novos Pesquisadores foi dividido em cinco módulos. O primeiro módulo, ministrado pelo Professor Doutor José Marcos da Silva, abordou a teoria e a história dos Direitos Humanos. O segundo módulo, ministrado pelo Professor Doutor Cezar Bueno de Lima, tratou da Justiça Restaurativa, seu poder de ressignificar erros e buscar o entendimento, além de caminhos de reconciliação, paz e cura. O terceiro módulo, ministrado pela Professora Doutora Catarina Carneiro Gonçalves, focou na Comunicação Não Violenta (CNV), sua importância para o diálogo respeitoso e empático. O quarto módulo, ministrado pelo Professor Doutor José Carlos Leandro e pela Professora Especialista Rosana Alexandre de Sousa, abordou a cultura de paz no contexto da Patrulha Escolar e iniciativas de redução da violência escolar. O quinto e último módulo, ministrado pela Professora Doutora Maria Aparecida Vieira de Melo, tratou dos Direitos Humanos e Sexuais, da diversidade de gênero, e da importância do reconhecimento e respeito a cada ser, combatendo a discriminação.

Um conjunto de coisas ditas e escritas de forma poética que nos leva a compreensão sensível sobre os desdobramentos enunciativos em prol dos Direitos Humanos.

Em tempos sombrios de violações constantes dos Direitos Humanos, nos inclinar para poetizar a Justiça Restaurativa em prol da promoção aos Direitos Humanos, nos fazem subsidiar os espaços-tempos formativos que requerem o acompanhamento, a sensibilidade e as práticas concernentes com a valorização dos Direitos Humanos.

Por isso, as poesias que aqui estão nos levam a refletir sobre as nuances inerentes ao campo polissêmico dos Direitos Humanos. Razão pela qual é importante nos compenetrar nas entrelinhas destes escritos que não romantizam os Direitos Humanos, mas aludem as complexidades que o envolvem. Isso será encontrado nos poemas que bela e sensivelmente nos fazem entender como a promoção dos Direitos Humanos poeticamente pode ser defendida e, conseqüentemente ao nos sensibilizar, faz com que a reflexão crítica possa ir sendo construída paralelamente, à medida que, as pessoas vão realizando a leitura e estudo de cada poema aqui registrado.

Ademais, sigamos para a realização da leitura e do estudo de cada poesia em prol dos Direitos Humanos, que defende a práxis formativa por meio dos gêneros textuais diversos que fomentam os saberes inerentes a complexidade que se encontra no campo formativo dos Direitos Humanos.

Por isso, não deixe de se deleitar em cada poema que constitui este compêndio de saberes e deveres em prol da práxis formativa da Educação em Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa.

Que a arte da leitura possa nos transportar para realidades concretas da ação dos Direitos Humanos, em cada território formativo, possamos vivenciar a valorização, o reconhecimento e a garantia dos Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa

Abril de 2025

Apresentação

Ricardo Santos de Almeida
Maceió/AL

Maria Aparecida Vieira de Melo
Caicó/RN

O livro intitulado “Direitos Humanos e Justiça Restaurativa: práticas integrativas em gêneros literários diversos” é um espaço de reflexão e diálogo essencial na contemporaneidade. Organizado por Maria Aparecida Vieira de Melo e Ricardo Santos de Almeida, a obra propõe uma abordagem inovadora e sensível ao entrelaçar os pilares dos Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa através da lente multifacetada de diversos gêneros literários.

Em sendo assim, comungamos da ideia de que os Direitos Humanos se fazem através das lutas sociais em prol de suas conquistas, tendo em vista que eles não são dados, mas sim conquistados.

Por isso, faça um mergulho em cada poema e extraia a essência de cada poesia que materializa pela palavra as práticas dos Direitos Humanos. Portanto, o conjunto das coisas ditas e escritas nos levam ao reconhecimento de suas práticas.

Ao folhear estas páginas, o leitor é convidado a uma jornada singular, onde versos poéticos, cartas abertas e crônicas se tornam veículos poderosos para a exploração de conceitos fundamentais. Nossa obra demonstra como a literatura, em suas variadas formas, pode iluminar a teoria e a história dos Direitos Humanos, a potência da Justiça Restaurativa em ressignificar erros e buscar o entendimento, a importância da Comunicação Não Violenta (CNV) como ferramenta para o diálogo respeitoso e empático, a promoção da cultura de paz no ambiente escolar, e a urgência do reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e sexuais, combatendo a discriminação e afirmando a igualdade.

A educação se destaca como um dos principais contextos de aplicação e reflexão dessas práticas integrativas. Os textos aqui reunidos ecoam a experiência de um curso de extensão em Educação para os Direitos Humanos e Justiça Restaurativa, revelando como o aprendizado desses temas pode transformar a prática educacional e fomentar a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e engajados na construção de um mundo mais justo e pacífico.

Os autores, em suas diversas vozes materializadas em escritos, compartilham reflexões pessoais e aprendizados, expressando como o contato com os Direitos Humanos e a Justiça Restaurativa impactou suas vidas e perspectivas. Abordam a violência em suas múltiplas facetas, desde a violência escolar até a violência estrutural e o desrespeito aos direitos

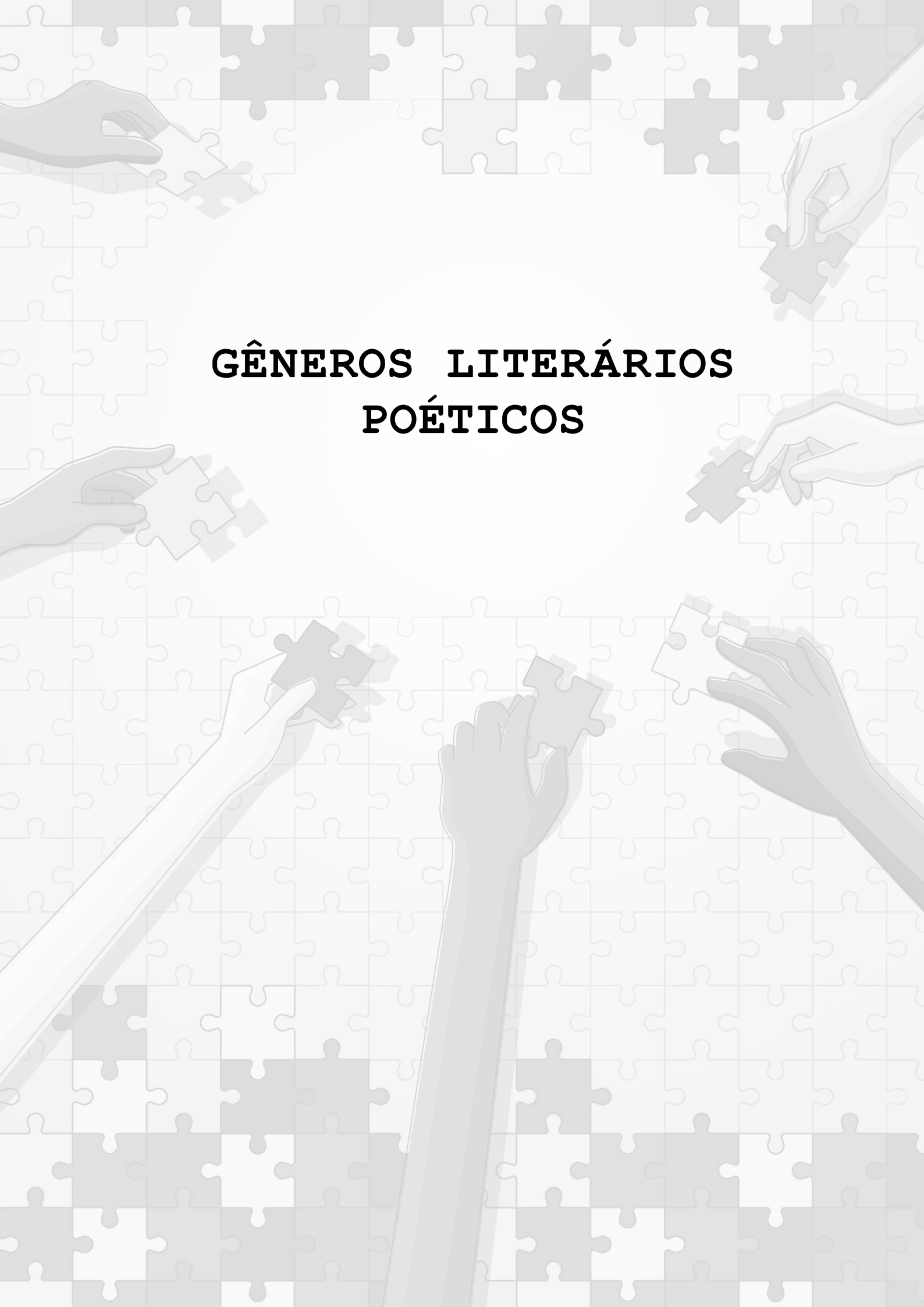
de grupos específicos, e como a Justiça Restaurativa oferece caminhos para a reparação, o diálogo e a reconciliação.

A obra também apresenta cartas abertas direcionadas a agentes públicos, defendendo a importância da efetivação dos Direitos Humanos, da implementação da Justiça Restaurativa em políticas públicas, especialmente na educação, e da necessidade de uma atuação consciente e respeitosa por parte de policiais e membros do judiciário. Essas cartas ressaltam a intrínseca ligação entre Direitos Humanos, segurança pública e democracia.

Portanto, os poemas sobre os Direitos Humanos proporcionam o entendimento inerente a complexidade que está nos enunciados desdobrados do processo de vir a ser da materialidade dos Direitos Humanos nos mais diversos contextos territoriais da educação em Direitos Humanos. Por isso, com muito carinho te convidamos a mergulhar no conjunto das coisas ditas e escritas sobre os Direitos Humanos.

Esta obra se configura, portanto, como um convite à reflexão profunda e à ação transformadora. Ao integrar diferentes vozes e gêneros literários, "Direitos Humanos e Justiça Restaurativa: práticas integrativas em gêneros literários diversos" busca sensibilizar, informar e inspirar leitores de diversas áreas a se engajarem na promoção de uma cultura de respeito à dignidade humana, de justiça e de paz. É uma leitura essencial para educadores, estudantes, profissionais do direito e da segurança pública, ativistas sociais e todos aqueles que acreditam no poder do diálogo e da empatia para a construção de um futuro mais humano e igualitário.

Abril de 2025

The background of the entire page is a light gray grid of interlocking puzzle pieces. Some of these pieces are replaced by a darker gray checkerboard pattern. Overlaid on this background are several stylized, light gray hands. Each hand is shown in the process of placing or holding a puzzle piece. The hands are positioned at various points around the page: top left, top right, middle left, middle right, and bottom center. The overall composition suggests a theme of assembly, completion, or the piecing together of a whole.

GÊNEROS LITERÁRIOS POÉTICOS

VERSOS DE ESPERANÇA: A TRILHA DOS DIREITOS HUMANOS

Adrielly Lucena de Oliveira
adriellylucenaool@gmail.com

Versos de Esperança: A Trilha dos Direitos Humanos
Em trilhas de saber e luz, a jornada se fez clara,
Cinco módulos de ensino, uma experiência rara.
Na educação, Direitos Humanos brilharam,
Teoria e história, fundamentos que nos guiaram.

O primeiro módulo abriu portas e janelas,
Na teoria dos direitos, raízes tão belas.
Histórias do passado, a luta por justiça,
A construção de um mundo com dignidade e premissa.

Educação em Direitos Humanos,
Onde a teoria e a história se fundem em lições.
Aprender com o passado, construir um futuro,
A educação como base para um mundo mais seguro.

Seguiu-se a Justiça Restaurativa, em seu poder,
Ressignificar erros, buscar o entender.
Caminhos de reconciliação, paz e cura,
Transformar a dor em esperança, é a aventura.

A Comunicação Não Violenta, suave e essencial,
Palavras e gestos, um diálogo ideal.
O ouvir e o falar com respeito e atenção,
Construindo pontes com empatia no coração.

Na Patrulha Escolar, a cultura de paz se ergue,
Convivência harmoniosa, um ideal que se segue.
Promover a paz nas escolas, é a meta a alcançar,
Ambientes seguros, onde todos podem sonhar.

Direitos Humanos e Sexuais, no último módulo a brilhar,
Reconhecer e respeitar cada ser, sem nunca discriminar.
Diversidade e inclusão, princípios a valorizar,
Compreensão e respeito, para a igualdade afirmar.

Assim, o curso traçou, com sabedoria e precisão,
Caminhos de transformação e reflexão.
Para a formação como pedagoga, foi um farol,
Ilumina o futuro, com um novo rol.

Cada módulo contribuiu, de forma vibrante e real,
Para construir uma prática educacional.
Compreender e ensinar com justiça e paz,
É o legado do curso, que a todos traz.

E assim, ao final, o aprendizado se faz ouro,
Uma formação enriquecida, um novo tesouro.
Para educar com justiça e humanidade em cada ação,
Este curso é um guia, uma eterna inspiração.

O DIREITO A ESPERANÇA

Alyne Medeiros dos Santos
alyne.santos.070@ufrn.edu.br

Os Direitos Humanos são a base da paz,
Mas o ser humano a todo momento a desfaz.
Guerras, desrespeito e destruição
Tudo isso é só uma demonstração do mal que o humano faz.

Até na escola a violência está
Mas a comunicação não-violenta luta para à expulsar.
Logo, todos os lares serão vistos como família,
Não importa se composta apenas por homens ou amigos.

Todos os direitos um dia serão garantidos.
E eu só espero estar vivo,
Para perceber as palavras escritas
Desabrochando sorrisos.

UMA MULHER EDUCADA/TERRITORIALIZADA

Ane carine Meurer
anemeurer@gmail.com

Não devo ousar questionar,
No silêncio espero ser escolhida.

Escolhida em um dia especial.
Passo de um domínio para outro.
A benção foi dada.
A vergonha da solteirice apagada.
O negócio realizado.
A mercadoria trocou de dono e o lucro foi de quem?

Não devo ousar questionar,
No silêncio calar e batalhar.

Batalhar para o novo dono
Sustento com meu suor e o dos meus pais, meu dono.
Me arrasto, me desgasto, jornadas duas ou três.
Completo desejo dos avós.
A repetição Freudiana.
Fui filha e agora sou mãe.

Não devo ousar questionar,
No silêncio calar e obedecer.

Obedecer a Deus.
Obedecer ao pai e à mãe.
Obedecer ao novo dono
Obedecer no trabalho
Obedecer ao Presidente
Freire nos alerta oprimido quando liberto não se torna pior opressor.

Não devo ousar questionar,
No silêncio engulo a opressão.

Opressão igual educação
Opressão igual aceitação
Opressão igual aculturação
Opressão igual heteronomia
Opressão igual submissão
Opressão igual servidão.

Não devo ousar questionar,
no silêncio tudo guardado.

Guardado, remoído
O mais inteligente fica quieto
Não responde e aceita
Ditadura no país, em casa e com quem casado estou
Não passo fome de comida, mas miserável eu sou.
Quando vou aprender a me expressar?

Não devo ousar questionar,
No silêncio busco um novo território

Território do aconchego e da compreensão.
Território da escuta atenta e sensível.
Território autônomo, da minha libertação.
Território da solidariedade e da sociabilidade.
Território de sororidade e interculturalidade.
Território em movimento e transformação.

Eu ousar questionar, escolher, romper, desobedecer...
Eu luto pela transformação sem oprimido e opressor.

RASGUEI

Ane carine Meurer
anemeurer@gmail.com

Está foi a minha educação
Mas eu sempre fui diferente, rebelde, revoltada
Revoltadíssima
Só consegui reconstruir e encontrar uma pessoa legal depois de mais de vinte anos de terapia.
Sou fã número um da Psicanálise

Este final de semana ouvindo história muito, muito triste da minha prima,
veio tudo isto
Surrupada pelo marido, quer lhe roubar o que lhe resta de dignidade ela se pergunta porque isto aconteceu

Eu disse é a cultura na qual fomos educadas
Ele, seu dono não quer assinar a separação
Ele, seu dono já lhe tomou muito do que os pais lhe deixaram para que ajudasse a sua mãe ficar os netos
Um dos seus dois filhos se suicidou e ela cuida da mãe acamada

Não falta comida
Tem casa
Tem aposentadoria (professora do Estado)
Não tem dignidade

Preso por esta peste
Preso, acorrentado ao seu dono
Que dita as normas e o que deseja e quer dos poucos bens que lhe restam
Nem o casamento comunal de bens nos ajudava

JUSTIÇA RESTAURATIVA, UM ABRAÇO QUE CURA

Bruna Valéria Araújo Pereira
bruna.araujo.710@ufrn.edu.br

Em um mundo de vozes que clamam por paz,
Surge o saber dos direitos, um farol que nos traz,
O eco da história, o grito do oprimido,
Em cada aula, um novo caminho é tecido.

No curso, o aprendizado é profundo,
Direitos Humanos, o legado mais fecundo,
A dignidade humana, um valor universal,
Nos une em práticas, um laço essencial.

Mediadores do bem, refletem empatia,
Trazendo à tona o perdão e harmonia,
Reparar os vínculos, resgatar a conexão,
Na roda da vida, a verdadeira missão.

Práticas integrativas, um abraço que cura,
Transforma a dor em esperança que perdura,
Da arte à meditação, da escuta ao perdão,
Em cada metodologia, uma nova visão.

Direitos Humanos, um canto de liberdade,
Assim, seguimos, com fé e esperança,
Nessa jornada pelo conhecimento da verdade,
Rumo a um futuro que reine a justiça e dignidade.

DIREITOS HUMANOS

Camilly Vitória da Silva
claudiananeta@gmail.com

Direitos Humanos são essenciais
Mas nem todos sabem que existem
Obtidos por lutas sociais
Assim todos persistem

A luta é eterna
Mesmo que não nos implicamos
Para sair da caverna
Devemos vencer aquilo que criticamos

Para assim conseguirmos os nossos direitos

ASAS EM CURSO

Celeste Aurora da Nóbrega Calixto
celeste.calixto21@gmail.com

Em um curso pousamos
Na prática do direito
Perceber nosso contexto
Em educação e justiça
Quais são nossos sujeitos?

Somos todos enredados
A educação e o direito
Abrem portas sociais
Só não percebe o sujeito
Que engaiolado se desfaz

A justiça e o direito
Em um novo estranhamento
Partindo da educação
Desenvolve o social
Para um feito mais igual
Mostrando o poder do conhecimento

Dos Direitos Humanos a Justiça Restaurativa
Contra a prática da desumanidade
A história tempo e matéria
Na comunicação se faz
De uma ação não violenta
A busca se faz

Com nossos voos
Carregamos fatos e vivências
Percebendo o contexto
Novamente nos refazemos
Nesse curso de direitos

A integração na prática
Não pode ser esquecida
Pois só se vive integrado
Fugindo, fugindo de uma história perdida

Com asas em curso
Vivemos nosso quebrar
Para o novo celebrar
De uma educação galgar

PROGRESSO

Gabriela Farias Alves
gabrielafariasalvezgaby@gmail.com

A justiça é o fio que nos une,
Para muitos um sonho, talvez,
Em torno de sua grande mesa,
Todos nós temos a vez.

No coração do diálogo,
O diverso é compreendido,
E contemplamos a realidade
Do respeito garantido.

A humanidade é nada menos
Que um imenso universo
Repleto de cores, formas e tons
Que se unem em progresso.

Com empatia e justiça,
Lutamos em sintonia
Um caminho de cura, um novo debate,
Uma sociedade em harmonia.

DIREITOS HUMANOS – DIREITOS DE TODOS NÓS

Heloisa Aparecida Rossi de Oliveira
hello_rossi@hotmail.com

O curso Direitos Humanos e Justiça Restaurativa chegou em minha vida
Num momento muito importante
Como ser pensante, atuante e estudante
Estou como Professora Orientadora de Convivência
Onde é preciso ter respeito e paciência

Todo o curso veio acrescentar; ao conhecimento, aprimorar
As aulas sempre muito interessantes, temas essenciais
E assim, sempre, aprendendo mais

Os professores, Mestres, experientes; em cada aula, surpreendentes
Experiências compartilhadas, muitas vivenciadas
Os materiais disponibilizados, excelentes
Artigos, livros, textos, todos muito pertinentes

Ao final do curso, sinto-me honrada
Ao poder exercer minha função, um tanto mais preparada
Humanamente, com mais empatia e conhecimento
Aos professores, monitores, colegas de curso, meu agradecimento!

DIREITOS HUMANOS: LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Isaque Pereira da Silva
isaquepereira1996@gmail.com

Os Direitos Humanos são de todos Universais,
Todos e todas devem usufruir, eles são fundamentais,
A educação em Direitos Humanos é imprescindível,
Para aprendermos cada vez mais e mais.

O curso de extensão Educação em Direitos Humanos,
Veio sobre eles abordar, e um pouco nos mostrar,
Para estudarmos e melhor instruímo-nos,
Ficando sobre eles sempre a par.

Dividido em cinco módulos, com muito a se fazer,
O curso foi bem proveitoso e importante,
Vários textos a ler e questões para responder,
Com professores em *lives*, abundantes e impactantes.

No módulo um tivemos o professor José Marcos,
Com a teoria e História dos Direitos Humanos,
Mostrando deles os seus diversos arcos,
Falando do direito achado na rua, da luta ao passar dos anos.

Também vimos a teoria do jusnaturalismo,
Com valores apenas no papel,
Assim como abordamos o positivismo,
Sendo bastante prejudicial, isso chega a ser cruel.

Ao chegar ao módulo dois, tivemos o professor Cezar,
Falando da Justiça Restaurativa, a saber, práticas integrativas,
Que ensina a promover os Direitos Humanos e deles como gozar,
Como enquanto professores, prezar por práticas efetivas.

Tais métodos são para o combate à violência,
Para dar vez ao diálogo participativo,
Mostrando dos Direitos Humanos sua Essência,
Garantindo-os de modo ativo.

No terceiro seguimento, veio a professora Catarina,
Trouxe para nós a comunicação não violenta,
A CNV é a temática de sua vitrine,
Para fazermos dela, no processo pedagógico, a nossa ferramenta.

Utilizar a CNV com respeito mútuo e empatia,
Sabendo como com alunos a verbalizar,
Mostrando pelos seus sentimentos e necessidades grande simpatia,
E ainda um ambiente sociomoral criar.

No módulo quatro chegamos, para a cultura de paz adentrar,
Com o professor José Carlos e a professora Rosana,
Que trouxeram iniciativas de redução da violência escolar,
Levando militares ao colégio, de maneira à paisana.

São efetuados alguns programas, como o PROERD e a Patrulha escolar,
Objetivando a participação de policiais para a paz garantir,
Contra a violência extraescolar, fazendo-a não se perpetuar,
Militares sempre preparados para agir.

No último encontro apresentou-se a nós a professora Maria Aparecida,
Que tratou de Direitos Humanos e Sexuais, da diversidade de gênero,
Tal temática por ela nos foi oferecida e fortalecida,
Mostrando-nos que este tópico é um terreno onífero.

Mediante a igualdade de gênero, a todos e todas devemos os Direitos
garantir,
Direito de novos arranjos familiares formar, do seu modo se expressar,
Combater a violência homoafetiva e aos alunos instruir,
Que somos realmente pessoas com diversas formas de amar.

Assim encerra-se esse poema e o curso em Direitos Humanos,
Dando a eles a devida ênfase, sempre com resiliência,
Que durante anos lidaram com tantos danos, entre americanos até africanos,
Agora vamos gradualmente, usá-los como referência.

A VOZ DE TODES

Jadson de Menezes Vicente
jadsonsenaspead@gmail.com

Maria Aparecida Vieira de Melo
m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Ricardo Santos de Almeida
ricardosantos@gmail.com

Somos pessoas fortes, assumimos nossa identidade,
O mundo precisa saber que temos a nossa verdade
Verdade que está em nossas ideias, desejos e orientação,
Verdade por assumimos quem somos com coragem e determinação

Vivemos num mundo preconceituoso,
Ser diferente para muitos é algo tenebroso
Será que podemos ser julgados
Por aquilo que acham ser “pecado”?
Não. Somos uma voz clamando ao longo do tempo,

Estamos em busca de nosso espaço e esse é o nosso momento
Momento no qual procuramos ser nós mesmos,
Sem discriminação, intolerância ou rejeição
Ser diferente é ser normal e ser normal é ser diferente,

Cada um é o que é, cada um é o que sente
Nós podemos construir, escolher, idealizar,
Também podemos decidir, sonhar, amar e desejar
Entendam de uma vez por todas que não há argumento concreto,
Que possa explicar qual seria o modelo de comportamento correto

Sofremos pelo simples fato de assumirmos nossa identidade
Sabendo que tudo isso vai de encontro ao que pensa a maioria da sociedade
Sociedade essa que nos impõe uma cruel realidade,
Padrões engessados que determinam regras para aceitabilidade

E o que pensar quanto a isso?

Precisamos mudar a nossa rota e seguir juntos em frente,

Mostrar que estamos dispostos a quebrar essas correntes

Na construção da identidade, unidos somos mais fortes,

Superamos obstáculos para seguirmos rumo ao norte

E nessa direção chegaremos a um lugar onde a ideologia de gênero,

Não será mais utopia, deixará de ser efêmero.

INSPIRAÇÃO DIREITOS HUMANOS

Josenalvo Cerqueira da Silva
josenalvocerqueira@hotmail.com

Direitos Humanos para sociedade global
Igualdade, liberdade, dignidade
Para todos sem preterição, universal
Solidariedade, fraternidade, felicidade

São conquistas milenares imortalizadas na memória
Bastião do corpo e da alma, vilmente afrontada
Arcabouço de lutas, derrotas e muita vitória
No itinerário existencial sinuoso, mas de fluidez abastada

Avalistas da ordem e do progresso da nação
Inspirados com esmero e lapidado pela educação
Para aprimoramento perfectível do cidadão

Incita clarividência na alma e paz no espírito
Para que o viajor reluza volitando ao infinito

DIREITOS HUMANOS

Lindinês de Lima Fernandes
lindinezlimafernandes@gmail.com

Na sociedade atual, os Direitos Humanos ainda é negligenciado
Fazendo-se necessário uma reminiscência ao passado
Para compreendermos os fatores de jeito bem endossado
Chegando assim, na raiz do problema que possa ser cessado.

O primeiro módulo tratou da teoria
Nos permitindo ganharmos sabedoria
Dos Direitos Humanos e sua maestria
Seu desenvolvimento e sua parceria

A “Justiça Restaurativa” compôs o segundo módulo
Atentando a todos e deixado incrédulo
Aquele que viveu e sabe sobre o mal que permeia não só o século
Promovendo a paz enfatizando seu título, através de um bom vínculo.

O terceiro módulo falou sobre a “comunicação não violenta”
Deixando o grupo atento e atenta
Sobre o que acontece na escola e sociedade, como o texto salienta
Com o intuito de erradicar a violência, promovendo uma sociedade isenta.

No quarto módulo, tivemos o tema “patrulha escolar e cultura de paz”
Buscando meios de melhorar a educação e vivência de modo capaz
Apesar de que os métodos que atualmente usam, serem incapaz
De conseguir ser suficiente, sendo preciso reforço para promover a paz.

O quinto e último módulo, abordou os “Direitos Humanos e sexuais”
Deixando claro o desrespeito como aspectos sociais
De uma sociedade adoentada até demais
Promovendo o direito humano como uma fonte de valores sociais.

Assim, o curso de “Direitos Humanos e práticas restaurativa”
Trouxe em sua teoria, de formas gradativas
Assuntos que fizeram tomarmos iniciativas
De pensarmos e melhorarmos nossas narrativas.

O VAZIO QUE ANTES ME HABITAVA

Luciélia Vivian Silva de Medeiros
lucieliavivian@gmail.com

Aqui era escuro,
Tão escuro como uma rua que não brilha o luar
Sou alma vazia, que desabrocha ao se deleitar
Com o estudo dos homens
Que sou amarrada até encarnar.

Naquela noite fria, uma luz se acendia
Meu âmagô brotava de conhecimento e simpatia
Pelos direitos desses homens
Que poucos me conheciam.

A história me deleitou
Em saber que a tantos anos
As minhas cascas buscavam sem fim
Seu direito como uma massa

Eles falaram sobre a violência e isso me afetou
Fazendo-me pensar
Como eu seria diferente
Em um espaço onde haveria mais amor.

Sou mais que metáfora ou filosofia
Sou alma viva em um corpo que habita
Traumas e vivências dolorosas
Pelo excesso de selvageria
Dessa violência na escola
Que afeta a muitos, todos os dias.

Lembrei-me de minha antiga professora
Ou a professora antiga de minha casca
Que ao entrar na sala de aula, recitava em sua mais bela voz
“A violência é uma pergunta e sua resposta é sempre não”
E que de forma mais sucinta e bela
Retirou a agressividade de nossos corações.

Em algum momento fui apertada
Torcida e chacoalhada,
Por um sentimento que brotava de minha casca
Era a famosa tristeza
Que ali já se instalava.

Entendi que tinha direito de igualdade
Como uma alma pobre e diferente da sociedade
Que carregava vivências em torno da minha sexualidade.
A desigualdade sempre me afetou
Abalando meu corpo e por suposto
Minha essência
Como o imaterial dessa carne
Cheia de dor.

O mundo tem por dever
Oferecer ao corpo que habito o direito de permanecer
E viver em um ambiente que seja
Acolhedor, sem medo de florescer.

Essa desigualdade que me apertou e me chacoalhou
Também me despertou e me alertou
Incentivando-me a buscar mais informações
Para que menos espíritos e corpos
Vivam, sem medo da discriminação.

Sou alma preenchida
Sou alma em busca de direitos
Sou natureza em conjunto com minha casca
Que buscamos pertencimento
Em mundo repleto de dor
Mas também de muito conhecimento.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO UMA PRÁTICA EDUCATIVA HUMANIZADORA

Maria Aparecida Fernandes de Lima
aparecidalima64@gmail.com

Em terras de dor e de desvio,
Onde o conflito ergue-se imponente,
Com parâmetros punitivos
Regidos por leis vigentes
Surge a Justiça Restaurativa,
Com uma luz suave e presente.

Não é punitiva, nem vingativa,
Mas um abraço de compreensão,
Que oportuniza a dialogicidade
Entre as partes a negociação
Buscando curar a ferida aberta
Com empatia e razão.

Na escola , a voz ecoa,
Não só do mestre, mas do aluno,
Onde cada erro é uma chance
De reconstruir os casos inoportuno
De aprender e crescer, nunca em vão.
Esperançando um saber mais uno.

Compreender o que levou ao ato,
Ouvir a dor que se esconde,
Transforma a educação em amor,
Onde a humanidade responde.
Com a justiça da restauração
A conciliação transcende

Na conversa e troca sincera,
A verdadeira justiça se constrói,
No respeito mútuo e aceitação,
A mudança se reveste de herói
E em cada feito uma lição se alinha
E a paz renasce com o vigor do caubói

Cada aluno é um universo,
Com histórias e sonhos a partilhar,
A Justiça Restaurativa é o caminho,
Para todos juntos, um novo olhar.
Que enxerga a grandeza do ser
Nas profundezas de seu caminhar

Não é o castigo que transforma,
Mas o diálogo e a compreensão
Que curam as feridas do passado
E fazem nascer uma nova união.
Entre seres que respeita a diversidade
E das diferenças nasce a aceitação

Na prática educativa humanizadora,
A Justiça Restaurativa é a chave,
Para formar cidadãos conscientes,
Em um mundo onde a paz é a nave.
As feridas se curam com um toque mais brando
E os conflitos se entrelaçam mais suaves

Assim, nas salas de aula, é essa luz
Que guia a educação e a verdade,
Criando um espaço de cura e afeto,
Onde o aprender é de humanidade.
E assim brota uma cultura de paz
Nos corações antes fechados, pela impiedade
Na justiça, que une, que satisfaz
Restaurando, sem rancor a confiança
Surge um clamor por um novo amanhecer
Nas bases do respeito mútuo vem a bonança
E assim floresce a virtude da humildade
Quebrando as amarras da punição como herança.

O POEMA DA ETERNA ESTUDANTE

Mariana Clara Silva dos Santos
claramariana818@gmail.com

Um dia no Sigaa encontrei
Uma tarefa de extensão e nela cliquei
De fazer isso nunca me arrependi
Pois muito com ela aprendi.

Sei que serei uma melhor profissional
Graças há um projeto como o tal
Aos responsáveis quero agradecer
Pois muito ajudaram no meu aprender.

Não há como de cada aula falar
Já que possuem muitos detalhes para contar
Mas alguns momentos quero destacar
Antes desse poema terminar.

De cada fórum com apreço participei
E todos os materiais consultei
Sobre a Teoria e História dos Direitos Humanos escutei
Com o professor Cezar muitos pontos sobre a Justiça Restaurativa guardei.

A Comunicação não Violenta em minha conduta já apliquei
Para saber acerca da Patrulha Escolar ansiosa aguardei
E a aula sobre os Direitos Humanos e sexuais eu gostei
A minha bagagem renovei
Agora para a viagem retornei.

Não sei se minha rima irá agradar
Porém nesses versos queria um pouco falar
E minha gratidão expressar
A cada pessoa que envolvida nesse trabalho estar.

Sempre questiono: “por quanto tempo aguentarei?”
Eu ainda não posso responder
Mas uma coisa posso dizer
Como vocês eu vencerei.

UMA JORNADA PELOS DIREITOS HUMANOS

Miguel Félix da Silva
miguelfelixstyles@gmail.com

Em um curso de vozes tão humanas,
Aprendi cinco temas importantes do saber,
Cinco luzes na jornada dos Direitos Humanos,
Para um mundo melhor reflorescer.

No primeiro módulo, a teoria aparece,
Fundamentos de igualdade,
Cada direito, uma prece,
Por justiça e dignidade.

Já no segundo módulo, a justiça se restaura,
Ao se fazer presente, nos ajuda a construir,
Perdoar e curar a alma, assim tornando
O ser humano mais decente.

No terceiro módulo, a comunicação se torna não violenta,
Palavras que deveriam vir do nosso interior,
Nos fazendo dialogar com a alma sedenta,
Por mais compreensão e amor.

No quarto módulo, temos a patrulha pela paz escolar,
Cultivando sorrisos, confiança e afeto,
Um futuro onde esperamos que o ódio não tenha lugar,
E o respeito seja belo e concreto.

Por fim, um clamor pela liberdade de ser,
Os Direitos Humanos e sexuais,
Corpos e mentes, livres e iguais, em busca
De um mundo que nos acolha, e não nos faça temer.

Cinco módulos que trouxeram uma importante noção,
E uma trilha de esperança e luz,
No curso de Direitos Humanos, a busca
Pela paz e respeito no futuro, é o que nos conduz.

POVO

Mikaelly Rayanne Santos Menino
mikaelly.menino.155@ufrn.edu.br

O povo é carregado de angústia
O povo é dominado por sofrimento
O povo é apenas um elemento,
Que corrobora o ninho de discernimento.

O povo não compreende a vida,
Mas a vida é tão subjetiva,
Que chega a ser uma utopia
Achar que ela é toda bonita.

O povo não entende a dimensão de si próprio,
Não entende o que é o seus direitos
Ou o seu papel neste território.

O povo é cheio de direitos,
Mas não sabe até onde chega.
E é por isso que os direitos e
A culminância do saber, do conhecimento aos leigos,
É fundamental na vida.

O meu poema retrata como as pessoas não compreendem os seus direitos e não entendem o porquê de as injustiças ocorrerem com eles. E, como a gente sabe o ser humano, ele tem diversos direitos e não entender isso faz com que nos tornemos pessoas como apenas sendo um elemento qualquer na vida. E, quando se tem a noção dos direitos, entende como é essencial saber até onde você pode chegar, apenas entendendo os seus direitos.

A POESIA DO DIREITO

Rebeka Nayara da Silva
rebekanayara548@gmail.com

Nesse poema falaremos
Como os Direitos Humanos podem ser
Com a Justiça Restaurativa
Práticas integrativas podem acontecer

Direitos que carregam histórias
Histórias que carregam lutas
Lutas que necessitam de coragens
Coragens que trouxeram vitórias

É pela Justiça Restaurativa que conseguimos
Fazer o consenso acontecer
Ajudando a vítima e o infrator
Para que a solução chegue antes do anoitecer

O diálogo e a ofensa
Juntos não poderão andar
A comunicação não violenta
Deve sempre preservar

Os alunos da escola
Em paz devem permanecer
Por isso a patrulha escolar
Tão importante deve ser

Evitando a violência
Prezaremos pelo respeito
Religião, sexualidade ou etnia
Todos precisam ser aceitos
Para um mundo com mais excelência
Desfrutando sempre dos nossos direitos

COR DE PELE

Renata Maria Pires Marinho
renatampimpa@hotmail.com

Minha voz não tem cor...
E ninguém vê.
Minha cor todo mundo vê...
E ninguém escuta.

Quando eu falo...
Incomoda,
Quando eu calo...
Ninguém nota.

Minha pele tem cheiro de luta,
Minha vida tem gosto de ameaça.

Sou fruto humano...
Pulsando por um espaço, mas,
Eu não preciso de espaço...
Eu sou o espaço que basta.

Sou raiz,
Atrás de um ideal...
Na frente de fatos...
Em cima de buracos...
Dentro de calçadas...
E... simplesmente sou
Cada espaço que busco.

Minha voz não tem cor...
Mas até meu silêncio você compreende.

Da minha cor você nem vai lembrar...
Da minha dor ninguém vai saber.

A tua cor eu não preciso escrever, mas,
Tua voz eu quero despir.

Minha vida é meia lua
Cheia de perguntas
Que ninguém...
Precisa entender!!!
Minha voz não tem cor... faz eco!!!

DIFERENTES E IGUAIS

Rodrigo Lima do Nascimento
rodrigolimanascimento@outlook.com

Lá trás, na origem, “animais”,
Até que uma alma lúcida brada: Não é que somos iguais?!
Vidas perdidas, abusos demais.
O homem evolui quando positiva seus ideais.
Heróis surgem em meio a prantos,
Deram vida à Declaração dos Direitos Humanos!

A violência anda em conluio com a desinformação.
Porém, não se pode alimentar a inação,
Vidas estão em jogo, necessitam e merecem restauração.
Crianças em lares devastados,
Jogadas no colo do Estado.
Merecem todo o cuidado, merecem vida!
Que todos unam-se em prol da Justiça Restaurativa.

Entendendo a escola como etapa fundamental,
Do crescimento, da inserção, no vínculo social,
Docente e aluno, em uma clareza e respeito ideal.
Para a promoção de uma comunicação não violenta.
Com toda a família e sociedade atenta.

Nossas autoridades devem ser exemplos de conduta,
Agindo com integridade, durante a labuta.
Nas escolas, como um meio de integrar,
Eis que surge a figura da Patrulha escolar,
Promovendo a paz para que nossas crianças e jovens possam estudar.

Toda conquista social humana fora forjada com tormento,
Contudo podemos celebrar com alento, a fase que vivemos neste momento.
Liberdades física, psicológica e sexual, são discutidas e
Positivadas em nosso arcabouço legal.
O respeito às particularidades devemos primar,
Diferentes em opções, e iguais em direitos é o que se busca assegurar.

DIREITOS HUMANOS É CIDADANIA

Sara Ingrid Borba
saraingridb@gmail.com

Vejam meninos! Meninas!
Nossa vida é mesmo um palco!
O espetáculo são as tramas de toda relação

E de fato e de verdade
Aprendemos a dizer sim e precisamos dizer não
Contra tudo que nos invade, nos consome e nos desfaz

Os Direitos Humanos começa
Reconhecer as grandes falhas
Exigindo-se que faça parte da vida

No campo e na cidade
A paz e a dignidade,

Em nosso dia a dia
Combatendo atrocidades
Construindo cidadania.

TRANSFORMAR O MUNDO À PALAVRA

Tácio Dê Boaventura Santos
taciოდ@gmail.com

Maria Aparecida Vieira de Melo
m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Ricardo Santos de Almeida
ricardosantos@gmail.com

Transformar o Mundo à Palavra
Semente plantada,
Perdão no coração,
Esperança lançada.
Em cada círculo,
Justiça que se faz,
Transforma o mundo
À palavra.

Na escuta atenta,
Abraço acolhedor,
Compreensão, o querer
Aprender a ser.
Construir pontes,
Quebrar muralhas,
Transformar o mundo
À palavra.

No diálogo,
Labirinto das palavras,
Transmutar conflitos,
Cicatrizas feridas,
Acalmar corações,
Buscar a paz,
Transformar o mundo
À palavra.

A cada encontro,
Um novo ser.
Mudança se revela.
Na comunidade,
Um lar a crescer,
Transformar o mundo
À palavra.

Nas diferenças,
A força se faz,
Da união, a comunidade,
O manto nos abraça,
Na Justiça Restaurativa,
A esperança renasce,
Transforma o mundo
À palavra.

Este poema que reforça a importância do diálogo na construção de paz, transformação positiva de conflitos e nas técnicas da Justiça Restaurativa, tanto na comunidade quanto na esfera pessoal.

As palavras-chave que o constitui: Diálogo, Transformação, Justiça Restaurativa.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Washington Gomes da Silva
washingtonufpe@hotmail.com

No cerne da vida, um grito, um clamor,
De justiça e de paz, um ressoar, um amor.
Nos Direitos Humanos, a esperança brota,
E a Justiça Restaurativa, nossa rota.

Caminhando juntos, em busca de saber,
De corações feridos, procurar entender.
Não há culpa no olhar, nem na mente um peso,
Só o desejo de cura, um caminho mais justo e preciso.

Nos olhos do próximo, uma história se vê,
Fragmentos de dor que buscamos entender.
Com o perdão como guia e a verdade no peito,
Reescrevemos o futuro, em respeito e em efeito.

O diálogo é ponte, é a voz da união,
Entre vítimas e ofensores, é a nova construção.
Não se trata de punição, mas de reescrever a trama,
Reparar o que foi rompido, curar a alma que clama.

Direitos Humanos, um pilar, uma luz,
Que acende o caminho, que nos conduz.
Cada ser tem valor, cada história merece,
E a Justiça Restaurativa o respeito enaltece.

Na prática integrativa, uma dança de paz,
Onde cada gesto e palavra o mundo refaz.
Pela compreensão e pelo acolhimento sincero,
Transformamos a dor em esperança, o luto em um mistério.

Assim, juntos construímos um novo horizonte,
Onde a justiça não exclui, mas integra e se une,
Onde os direitos são sementes de amor e de honra,
E a restauração, a resposta, a luz que nos coroa.

The background of the entire page is a light gray grid of interlocking puzzle pieces. Overlaid on this grid are several hands of different skin tones (light, medium, and dark) reaching up from the bottom and sides to place puzzle pieces into a central, empty rectangular space. The hands are shown in various stages of placing the pieces, with some pieces already partially inserted. The overall theme is teamwork and collaboration.

CARTAS

CARTA ABERTA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL/ ESTADUAIS

Andrea Maria de Farias e Melo
beladeafmelo@gmail.com

É incontestado que muito se discute nas mídias sociais, programas televisivos sobre a garantia dos Direitos Humanos, diante de uma sociedade violenta e de uma estrutura de segurança pública que se mostra ineficaz e truculenta. É possível garantir a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos nas ruas, sem que se tenha a plena garantia e respeito aos direitos mínimos dos que agem como garantidores?

Mas como definir Direitos Humanos?

Direitos Humanos - Conceito e Apanhado Histórico

Como é sabido, os Direitos Humanos consistem em um conjunto de direitos considerado essencial para uma vida humana digna, livre, igualitária. Inexiste um rol predeterminado e imutável desse conjunto mínimo de direitos, os quais variam de acordo com o contexto histórico, com as demandas sociais e culturais de uma época. Em síntese, podemos exemplificar: direito à vida e à integridade física, o direito à igualdade, direito à saúde, o direito de propriedade, o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, o direito à educação.

Os Direitos Humanos representam valores essenciais, que são explicitamente ou implicitamente retratados nas Constituições ou nos tratados internacionais. A fundamentalidade dos Direitos Humanos pode ser formal, por meio da inscrição desses direitos no rol de direitos protegidos nas Constituições e tratados, ou pode ser material, sendo considerado parte integrante dos Direitos Humanos aquele que - mesmo não expresso - é indispensável para a promoção da dignidade humana.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 é um marco crucial, representando a positivação dos valores jusnaturalistas na forma de Direitos Humanos. Representa importante formalização dos Direitos Humanos. Embora valha frisar que o jusnaturalismo, com seus princípios universais, homogêneos e até intocáveis de justiça, pode, muitas vezes, não se adaptar às particularidades culturais e sociais dos povos. realidades sociais e culturais heterogêneas ao redor do mundo. Por outro lado, o positivismo jurídico nem sempre é garantidor, pois pode validar leis que violam Direitos Humanos. A complexidade dos Direitos Humanos exige atenção ao Direito Posto, para que as demandas sociais mutáveis no tempo e no espaço, relativas, em especial, aos Direitos Humanos sejam sempre compreendidas.

Outro marco importante, em 10 de dezembro de 1948, em Paris, foi a proclamação da Declaração Universal de Direitos Humanos, que contém 30 artigos e explicita o rol de Direitos Humanos aceitos internacionalmente..

Profissionais de Segurança Pública: tecnicidade, valores, cuidados - Saúde Mental

Os policiais devem agir, imbuídos dos ideais de proteção à vida, integridade física, direito de locomoção, igualdade e não discriminação. No entanto, uma forte crítica direcionada ao policiamento em âmbito nacional recai sob a forma de agir dos policiais, em especial, os militares. Tal realidade remonta à década de 64 em que falar de “Direitos Humanos” era tido como antagônico a falar de Segurança Pública. E, de fato, em diversas ocorrências, infelizmente, se percebe atos truculentos de alguns policiais, que aparentam ser permeados por despreparo e desrespeito aos Direitos Humanos. Percebem-se possíveis preconceitos de raça, cor, classe social. Herança desastrosa da época ditatorial, e, se retrocedermos ainda mais no tempo histórico, resquícios da era colonial e escravocrata.

A redemocratização, felizmente, se consolidou (ou ao menos, vem se consolidando), no entanto, a Polícia ainda é vista, entendida e, muitas vezes, treinada de forma a ser essencialmente repressiva. Porém, vale indagar: é o policial apenas o “braço armado do Estado” ou além disso, quiçá acima dessa definição, é o cidadão destinado a proteger a sociedade, da qual é oriundo?

Os policiais são cidadãos frutos da sociedade, a eles cabe respeito aos direitos fundamentais, já mencionados alhures, desde o curso de formação, até o tratamento dispensado pelos seus superiores e cursos de aperfeiçoamento. Os Chefes do Poder Executivo precisam estar atentos à formação técnica, à saúde mental, e ao reconhecimento desse policial como protagonista da cidadania. Dignidade, respeito, técnica e graduação/legalidade no uso da força são valores e orientações inegociáveis. A truculência não pode acompanhar o policial, o guia de suas funções deve ser a certeza de que age para a Paz e a Harmonia Sociais.

Ora, se o meio social do qual o policial provém e, ainda, se a sua formação profissional é desigual, desumana, discriminatória, violenta e violadora de direitos, certamente repetirá esse modo de agir nas ruas. Afinal, é resultado do meio. Daí a preocupação que todos nós, cidadãos, devemos ter com esse ator social, afinal:

“Ao policial, portanto, não cabe ser cruel com os cruéis, vingativo contra os anti-sociais, hediondo com os hediondos. Apenas estaria com isso, liberando, licenciando a sociedade para fazer o mesmo, à partir de seu patamar de visibilidade moral. Não se ensina a respeitar desrespeitando, não se pode educar para preservar a vida matando, não importa quem seja. O policial jamais pode esquecer que também o observa o inconsciente coletivo.” (<https://www.acadepol.ms.gov.br/artigos/direitos-humanos-coisa-de-policia/>)

Resta-nos refletir quanto à saúde Mental dos policiais. Quem cuida do policial, por exemplo, quando ele se envolve em intervenção, com reação dos transgressores e resultado morte?

Baltimore, cidade grande de Maryland, EUA, violenta, teve a emblemática morte brutal de Freddie Gray por policiais como um marco em 2015. Em 2023, foi implementado curso em atenção à saúde mental dos policiais. O intuito é recuperar a confiança pública na polícia. (<https://www.braziliantimes.com/mundo/2023/12/26/departamento-de-policia-de-baltimore-implementa-curso-de-empatia-e-regulacao-emocional-para-policiais.htmlv>.)

O Sr. Martin Bartness, ex-subcomandante da Polícia de Baltimore, no 18º encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Conferência sobre Direitos Humanos e Segurança Pública, em 14/08/2024, às 10.30min, na UNICAP /Recife (Subscritora presente) ressaltou o atual cuidado do Departamento com policiais. Após qualquer intervenção policial com disparos de arma de fogo, por exemplo, os policiais são afastados para receberem o devido atendimento psicológico, preservando sua saúde mental.

No Brasil, o cuidado com o equilíbrio psicológico e saúde mental dos policiais ainda é incipiente. Cresce o número de suicídios na Corporação, o que é deveras preocupante. Após embates com derramamento de sangue, por exemplo, não há afastamento compulsório para acompanhamento psicológico e compreensão do ocorrido. De quando em vez, há afastamento para investigação de seu ato.

Uma iniciativa recentemente adotada em alguns estados brasileiros, como em Pernambuco, é o O **ESCUTA SUSP**, um projeto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, voltado diretamente aos agentes de segurança pública. O projeto é executado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília. Visa o enfrentamento ao comportamento suicida e de abordagem psicoterapêutica virtual com bons resultados clínicos. Conta com **Avaliação e Aconselhamento Psicológico Online ESCUTA-SUSP/Psicoterapia ESCUTA SUSP** (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/escuta-susp/atendimento-psicologico>)

Conclusão

A defesa dos Direitos Humanos e a eficiência da Segurança Pública não podem se dissociar: “Segurança Pública sem Direitos Humanos é barbárie e Direitos Humanos sem Segurança Pública é moralismo barato”, palavras do ministro Silvío Luiz, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, no 18º encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Conferência sobre Direitos Humanos e Segurança Pública, em 14/08/2024, às 10.30min., na UNICAP - Recife (Subscritora participante do Encontro).

O homem e a mulher policial não são meros cumpridores de ordens, mas sua ação é impactante na defesa da cidadania como repisado acima. Precisam serem cuidados com dignidade e respeito durante sua formação continuada e exercício de seu mister para que dessa forma possam agir na proteção dos direitos fundamentais. São seres humanos, com

fragilidades emocionais e não apenas máquinas repressivas ou “muros que separam a sociedade do caos”. Além da sua integridade, esse cuidado representa garantia à sociedade da presença do equilíbrio emocional, que aliado à técnica, promoverá segurança pública, abarcada nos Direitos Humanos. Homens e mulheres de farda têm seu papel de garantidor dos Direitos Humanos na ruas, nas escolas, para além do exercício de suas funções. Urge que o Poder Executivo, as organizações não-governamentais descubram a força e a importância do policial como ator social, libertando-se de velhos paradigmas, que distanciam o Policial, enquanto representante da Segurança Pública, do exercício dos Direitos Humanos.

Sem a efetivação dos Direitos Humanos e Segurança Pública não há que se falar em Democracia.

Subscrita por: Andréa Maria de farias e Melo

CARTA ABERTA PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA PARA OS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Diogo Pereira Okamoto
diogodlorett@gmail.com

Prezado Discurso Sobre os Direitos Humanos,

Esta carta aberta é para reivindicar que a história dos Direitos Humanos contemporâneos que tem seu marco simbólico com o advento da Revolução Francesa, evento seguido por uma série de transformações sociais e no pensamento jurídico que fundamentam o que temos hoje como um conjunto de leis baseadas nas ideias iluministas, inicialmente, na denominada de “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, e em seguida na Declaração de Independência dos Estados Unidos, com foco defesa da liberdade, igualdade e da fraternidade, deixou de considerar pessoas, etnias, grupos humanos que fora do eixo Europeu e Estadunidense.

Dois séculos depois da promulgação pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresenta 30 artigos sobre os Direitos Humanos que desconsideram singularidades dos contextos dos países do Sul Global e as atrocidades praticada contra as populações indígenas, escravizadas e os sem pátrias. Por isso, venho expressar que a DUDH, apesar de avançar para a defesa de um “humano universal”, é insuficiente e precisa ser revisada para refletir os problemas de violação da dignidade dos povos, étnicas e as pessoas em condições de vulnerabilidade dias atuais, pois “as gerações dos Direitos Humanos” (Bobbio, 2004), invisibilizam as causas dos povos indígenas, quilombolas, ciganos, interétnicos, além de ser necessário que os sistemas jurídicos adotem as práticas de justiça integrativa que acompanham a promulgação dessas leis se concretizem.

No contexto atual, é vital que existam leis criadas com participação social e desses povos para que reflitam em políticas de Direitos Humanos “achados na rua” (Souza Junior, 2015; Costa; Sousa Junior, 2021), o que não tem sido comum nem sempre foi assim; o óbvio de agora nem sempre foi o óbvio, e foi nessa falta de senso sobre o respeito à vida que a DUDH prega, que foram vistas diversas barbaridades nos séculos passados. A Justiça Restaurativa é uma perspectiva de Direitos Humanos para resolver conflitos forma pacífica, restaurando as vítimas e os que incidem em violação e produção de sofrimento (NÓS, 2014).

A partir do curso de extensão em Educação para os Direitos Humanos e Justiça Restaurativa promovido pela UFRN, reconheço os avanços e se deve destacar que as teorias do direito que cada vez são mais bem discutidas para abranger melhor a complexidade

e criar melhores teorias para entendermos os Direitos Humanos e como podemos usá-lo para dar mais atenção a causas de minorias dando a seus movimentos legitimidade e os protegendo daqueles que possam os oprimir.

Um aspecto fundamental quando se trata de Direitos Humanos é como podemos usá-los para realmente aplicar seus conceitos contra a violência e aplicação da Justiça Restaurativa por meio dos círculos de Justiça Restaurativa, com vistas a soluções simples. Isso é aplicável ao contexto e ambientes educacionais para a educação dos jovens e desde cedo nas escolas no ensino fundamental e ensino médio, para que o respeito ao próximo, a resolução de problemas pelo diálogo pacífico.

Desse modo, reivindico a Comunicação Não-Violenta como modelo de diálogo por se alinhar a proposta de educação para os Direitos Humanos críticos, superando o discurso de Direitos Humanos como algo abstrato que não se realiza por não identificar os contextos e as aplicações dos princípios de justiça social e solidariedade. Importa que a educação para os Direitos Humanos seja a partir da perspectiva crítica do educação Paulo Freire (Melo; Albuquerque, 2023) e que os ambientes educacionais sejam permeados por princípios e atitudes solidárias e fraternais em ambiente acolhedor para os alunos, onde podem levar suas reflexões e saberes para diálogo e apoio, sobretudo quando as famílias não são funcionais e insuficientes para fornecer apoio em casa.

Por fim, nesta carta aberta, comprometo-me a ser um educador para os Direitos Humanos e a Justiça Restaurativa para que os Direitos Humanos seja uma prática essencial na educação básica e ensino médio, tendo que ser ensinado logo cedo, ao mesmo tempo que reivindicamos a implementação e políticas educacionais pelo Ministério da Educação por meio de implantação de componentes curriculares escolares para o ensino e a aprendizagem sobre direitos e deveres de cidadania, relações étnico-raciais e Justiça Restaurativa para fins de cumprir um dos principais objetivos da escola que seria o de formar cidadãos com senso crítico para viver em sociedade (Melo; Albuquerque, 2023).

Atenciosamente,

Diogo Pereira Okamoto

Referências

BOBBIO, Norberto, 1909. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7 reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2015.

COSTA, Alexandre Bernardino; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

MELO, Maria Aparecida Vieira; ALBUQUERQUE, Sulamita Bernardo. Os Direitos Humanos sob a ótica de Paulo Freire. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas/TO, v.10, n.03. 2023.

NÚCLEOS PARA A ORIENTAÇÃO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS ESCOLARES (NÓS). **Justiça Restaurativa na Escola: Formando cidadãos por meio do diálogo e da convivência participativa**. 2014. Disponível: <https://ciranda.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/cartilha-nos-versao-final.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SOUSA JUNIOR, José. **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática**. Coleção Direito Vivo. vol. 2.

EXPERIÊNCIA NA CONCLUSÃO DO CURSO DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Gabriela Medeiros Silva
gabyysilva282@gmail.com

Ao decorrer do primeiro semestre deste mesmo ano, foi repassado por intermédio da plataforma social youtube, o curso sobre Direitos Humanos e Justiça Restaurativa, ministrado pela docente Dra. Maria Aparecida Vieira de Melo e Dr. Ricardo Santos de Almeida, ao qual foi segmentado por 5 módulos diferentes, ministrados com excelência por docentes aptos a falarem sobre tal tema.

O curso tinha como objetivo orientar sobre a teoria e história dos Direitos Humanos, Justiça Restaurativa que deve ser analisada no âmbito escolar e social por a violação dos Direitos Humanos ter um forte estigma enraizado e que perdura em nossa contemporaneidade.

O curso transcorreu com a disponibilidade no ambiente virtual AVA de artigos autorais dos docentes Pedreschi Juliana, Tibolla Bruna, Marcos José, Bueno César, Carneiro Catarina, Carlos José, Alexandre Rosana, Aparecida Maria enriquecedores e informativos, com a metodologia de avaliações no fórum virtual.

Como desafio enfrentado no decorrer do curso, foi conciliar a demanda acadêmica com o decurso, mas obteve êxito. Por meio da aquisição de conteúdos repassados neste informativo foi possibilitada a plena consciência dos direitos à vida, à educação, à igualdade, à dignidade e ao respeito seja de forma individual ou social.

Foi de suma importância à absorção deste material, pois minha percepção em relação a meus direitos e deveres tanto particulares como comunitário, que até nossa comunicação pode refletir para uma compreensão do próximo de maneira mais acolhedora.

CARTA ABERTA AO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

Lindovon Dias Pessoa
lindovon@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, João Azevêdo Lins Filho,

Dirijo-me a Vossa Excelência com o intuito de abordar um tema de extrema importância para uma formação integral dos nossos jovens, e conseqüentemente para a desenvolvimento de uma sociedade paraibana harmônica, democrática e inclusiva: a superação da cultura da violência e o estabelecimento de uma cultura de paz, através da implementação de um Programa de Justiça Restaurativa nas escolas estaduais. Destarte, compreendemos a educação como um direito humano fundamental a dignidade da pessoa humana, e expresso no art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, como um direito social.

A violência na escola é um fato que preocupa não só aqueles que trabalham diretamente neste ambiente, mas as comunidades e a sociedade de forma geral. Conforme o Atlas da Violência (2023), a violência no âmbito escolar cresceu, e vem preocupando as secretarias de segurança pública em vários Estados, justamente para que desenvolvam ações e projetos, objetivando a segurança e o enfrentamento das múltiplas violências no ambiente escolar.

Os Direitos Humanos compreendidos pelo nosso ordenamento jurídico como direitos fundamentais, devem ser respeitados, sendo pilares estruturantes de um ensino voltado aos valores, as emoções, a justiça social, a cidadania, a democracia, entre outros itinerários a serem seguidos. Princípios fundamentais como os estabelecidos no “Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência” da Unesco devem ser inseridos no desenvolvimento do saber sistemático com veemência, tais como: Respeitar a vida, Rejeitar a violência, Ser generoso, Ouvir para compreender, Preservar o planeta, e redescobrir a solidariedade.

A Justiça Restaurativa no ambiente escolar é uma ferramenta poderosa para a restauração dos laços entre ofensor, vítima e comunidade. Logo, tem por base o diálogo, a empatia, a responsabilidade, a reparação dos danos e a conscientização do ato praticado. Desta forma, promove a resolução dos conflitos de forma pacífica e propicia um ambiente harmônico, que facilita o processo de ensino e aprendizagem.

Um Programa de Justiça Restaurativa contribuirá para o desenvolvimento de uma formação continuada para os professores, que repercutirá na materialização de um ensino transdisciplinar frente a complexidade do ambiente escolar. Além disso, implicará na

formação de mediadores e no processo de mediação dos conflitos, através de procedimentos restaurativos, como por exemplo: Círculos de Construção de Paz, Círculos Restaurativos, entre outras metodologias circulares de diálogo, empatia e empoderamento.

A urgência em enfrentar a violência no ambiente escolar é visível, desembocando na parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Educação (MEC), para fortalecer a ampliação da Justiça Restaurativa na educação, com o objetivo de transformar a cultura da violência numa cultura de paz, com base numa convivência justa e ética.

Portanto, solicito que Vossa Excelência, considere a necessidade de criação de uma política pública de enfrentamento as violências, materializando um Projeto de Justiça Restaurativa no ambiente escolar, que fomente a formação continuada de professores, como também de mediadores, instalando Centrais de Paz nas escolas e realizando parcerias com a Rede de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Ministério público, Conselhos de Educação, Poder Judiciário, e demais órgãos e/ou entidades que possam contribuir para a concretização da cultura de paz.

Atenciosamente,
Lindovon Dias Pessoa.

São João do Rio do Peixe/PB, 21 de agosto de 2024.

CARTA ABERTA: DA VIOLÊNCIA À REDENÇÃO PELA PALAVRA

Marcos Antônio Gomes de Araújo
enviar.marcos@gmail.com

Eu sou filho de uma mulher preta e, isso, por si só, marca muito minha existência.

Sou filho de uma mulher preta que a vida inteira conheceu a violência antes mesmo de conhecer o significado da palavra. A sociedade, com seu “fazer” opressor, marcou cada pedaço de sua pele, cada espaço de sua alma, com a dor derivada de um sistema que nunca a viu como humana, mas sim como uma ameaça, uma “coisa”, um corpo a ser subjugado. Eu enquanto homem preto, filho de uma mulher preta, cresci assistindo à violência em todas as suas formas: a violência das ruas, a violência silenciosa e dissimulada dos olhares e a violência doméstica, essa arma escolhida por minha mãe, como sua única forma de defesa, seu grito desesperado por uma dignidade que lhe foi negada.

Como fruto deste contexto, a violência me foi ensinada como língua materna e debaixo de agressões, físicas e morais, que não machucaram apenas o meu corpo, mas também a minha alma.

A raiva que a minha mãe carregava, eu absorvi. Tornei-me um ser agressivo, incapaz de estabelecer laços, pois sempre me vi como alguém prestes a ser atacado, mesmo quando a ameaça não passava de mera sombra.

Na escola, a violência mudou de nome, mas não de forma. A instituição que deveria acolher e educar, tornou-se apenas mais um locus de brutalização. Fui vítima de uma violência mais sutil, porém igualmente devastadora: a violência epistêmica. Essa forma de violência não deixa marcas visíveis, mas corrói a autoestima e distorce a percepção de quem somos. Fui silenciado, desacreditado, diminuído. Disseram-me que meu jeito de falar, de ver o mundo, de existir, não era válido, deveria ser reprimido. A epistemologia branca não tinha lugar para o que eu trazia de casa, para o que eu era: eu precisava encenar - quem seria eu hoje para ser aceito?

Carreguei essas cicatrizes por muito tempo. Andei pelo mundo com um escudo, sempre pronto ao ataque, porque era isso que eu esperava de todos, até conhecer a Comunicação Não Violenta: foi como se eu estivesse no escuro, lutando contra as sombras assustadoras e, de repente, alguém acendesse a luz.

Pela primeira vez entendi que as palavras não precisavam ser lâminas, que podiam ser pontes, que podiam curar ao invés de ferir. A CNV me ensinou a me ver, entender o que sentia, pesquisar suas origens, ouvir compassivamente, a entender que por trás de

cada agressão há uma dor não expressa, uma necessidade não atendida. Com isso, comecei a me conectar, primeiro comigo mesmo e depois com o mundo.

Participar de um curso que conecta a Comunicação Não Violenta com os Direitos Humanos no âmbito escolar foi um passo decisivo nessa jornada. Percebi que a violência que sofremos, como pessoas negras, não é apenas física. É uma violência estrutural, que se reproduz em cada esfera de nossa existência, nos reduzindo ao que há de pior em nós, ignorando nossa humanidade.

Mas, essa violência também pode ser interrompida.

Podemos, e devemos, parar de reproduzir o que nos foi imposto. Podemos nos libertar das correntes invisíveis que nos foram colocadas

Os Direitos Humanos são, em essência, o reconhecimento de nossa humanidade, de que cada pessoa, independentemente de cor, origem ou condição social, merece ser tratada com dignidade. E a Comunicação Não Violenta é uma ferramenta poderosa para que esse reconhecimento se torne uma realidade em nossas vidas cotidianas. Ao aprender a comunicar nossas necessidades sem agredir, ao aprender a ouvir o outro, estamos também construindo uma sociedade mais justa, onde os Direitos Humanos não sejam apenas uma ideia abstrata, mas uma prática viva e presente.

Essa carta não é um lamento, nem um pedido de desculpas por quem eu fui. É um manifesto de superação. Não sou vítima, sou sobrevivente. Sou alguém que transformou a dor em aprendizado, que encontrou nas palavras a chave para se libertar das amarras da violência. Sou a prova de que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, é possível ressignificar nossa existência.

A todos que leem estas palavras, deixo um convite: que possamos usar a comunicação como instrumento de construção, e não de destruição. Que possamos ver uns aos outros não como inimigos, mas como seres humanos, cada um carregando suas próprias dores, seus próprios sonhos. E, acima de tudo, que possamos construir um mundo onde a violência não seja a língua que falamos, mas sim uma memória distante, substituída pela compreensão, pelo respeito e pela paz.

Com resiliência e esperança,

Marcos Antônio Gomes de Araújo

CARTA ABERTA: REFLEXÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Mizaele Bezerra da Silva
mizaelesilva@icloud.com

Maria Aparecida Vieira de Melo
m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Ricardo Santos de Almeida
ricardosantos@gmail.com

Prezados colegas, professores e comunidade,

Ao concluir o curso de Direitos Humanos e Justiça Restaurativa, sinto-me aberta a compartilhar algumas reflexões que emergiram ao longo desse percurso. Esta carta aberta é uma forma de expressar não apenas o que aprendi, mas também o compromisso que assumo de aplicar esses conhecimentos na minha vida e na sociedade.

Os Direitos Humanos representam um pacto universal de dignidade, respeito e igualdade. Durante o curso, aprofundamos o entendimento de como esses direitos são fundamentais para a construção de uma sociedade justa. Eles não são privilégios, mas sim garantias que todos os seres humanos devem possuir, independentemente de raça, gênero, crença ou condição social.

Essa compreensão me fez refletir sobre a realidade ao meu redor. No contexto em que vivo e atuo, percebo que ainda há muito a ser feito para que os Direitos Humanos sejam plenamente respeitados. A desigualdade, a discriminação e a violência continuam a desafiar a aplicação desses princípios. Assim, vejo-me diante de uma responsabilidade: ser um defensor ativo desses direitos, promovendo a conscientização e lutando por mudanças efetivas.

A Justiça Restaurativa se revelou como uma poderosa ferramenta para a construção de um mundo mais pacífico e humano. Em vez de focar apenas na punição, a Justiça Restaurativa busca a reconciliação e a reparação dos danos causados. Ela nos ensina que o diálogo, a empatia e a responsabilidade compartilhada são essenciais para resolver conflitos e promover a paz.

Durante o curso, tive a oportunidade de estudar e participar de discussões que ilustraram a eficácia desse modelo. Vi como a Justiça Restaurativa pode transformar vidas, restaurando relacionamentos e fortalecendo comunidades. Essa abordagem me inspira a

acreditar que é possível construir pontes, mesmo nos cenários mais difíceis, e que todos têm um papel a desempenhar na busca pela justiça.

Concluir este curso não significa o fim de uma jornada, mas sim o começo de um novo capítulo. Carrego comigo o compromisso de aplicar os princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa em minha vida pessoal e profissional. Sei que os desafios são grandes, mas estou preparado para enfrentá-los com determinação e coragem.

Agradeço profundamente aos meus professores, colegas e a todos que contribuíram para a minha formação. Vocês me ensinaram não apenas com palavras, mas com exemplos de dedicação e paixão. Espero poder retribuir esse aprendizado, ajudando a construir um mundo onde a dignidade e a justiça prevaleçam.

Que esta carta sirva como um lembrete de que todos nós temos a capacidade e a responsabilidade de fazer a diferença. Que possamos nos unir em torno dos valores que este curso nos ensinou e continuar trabalhando juntos por um futuro melhor para todos.

Com esperança e determinação.

[Mizaele Bezerra da Silva]

[Curso de Direitos Humanos e Justiça Restaurativa]

[Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte]

CARTA ABERTA AOS AGENTES PÚBLICOS

Paloma Nascimento da Silva
palomanascimento16@gmail.com

É com profundo respeito pelas funções que desempenham e pela importância de suas decisões no cotidiano dos cidadãos que me dirijo a vocês. Como estudante de Direito, tenho me dedicado ao estudo aprofundado dos Direitos Humanos e percebo que, apesar dos avanços legislativos e das políticas implementadas, ainda enfrentamos desafios significativos na efetivação desses direitos.

Venho por meio desta carta expressar minha profunda preocupação com a violação dos Direitos Humanos por parte de agentes públicos, especialmente no âmbito da polícia e do judiciário. Como estudante da área jurídica, sempre me deparo com algumas arbitrariedades do judiciário enquanto a inobediência destes direitos, entendo a importância dessas questões e a necessidade de promover mudanças significativas.

Neste sentido, surge a necessidade de uma atuação mais incisiva e consciente por parte dos agentes públicos, principalmente na área de segurança. É imprescindível que se adote uma postura crítica e reflexiva, que não apenas cumpra as normas vigentes, mas que também busque compreender e atender às demandas sociais em constante transformação.

A educação em Direitos Humanos deve ser vista como ferramenta essencial na formação de uma consciência cívica ativa e na promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo. Acredito que, como futura operadora do Direito, tenho o dever de fomentar o debate e a reflexão crítica sobre essas questões, incentivando a participação popular e a transparência nas ações governamentais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 estabelece esses princípios fundamentais, visando à dignidade e à igualdade de todos. Contextualização dos Direitos Humanos: Os Direitos Humanos são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição.

De acordo com Introdução ao Estudo dos Direitos Humanos, de Sérgio Pinto Martins (2019):

[...] os Direitos Humanos são um conjunto de normas e princípios que visam assegurar a dignidade e o respeito a todos os seres humanos, independentemente de suas circunstâncias”. Esta definição ressalta a importância de garantirmos que todos os indivíduos, sem exceção, tenham acesso aos seus direitos fundamentais.

No entanto, temos observado violações sistemáticas desses direitos em nosso país. Nisto, estabelece um marco importantíssimo na proteção dos direitos fundamentais, mas sua

aplicação prática ainda encontra obstáculos. Observamos, com frequência, a precariedade no acesso à justiça, a lentidão processual e a ineficiência na resposta estatal às necessidades básicas da população, o que compromete a garantia dos direitos mais elementares.

A atuação da polícia muitas vezes ultrapassa os limites legais, resultando em abusos contra cidadãos. Casos de tortura, execuções extrajudiciais e discriminação racial são alarmantes. A impunidade desses atos perpetua a violência e mina a confiança da sociedade nas instituições públicas.

O judiciário, como guardião da justiça, deve garantir o acesso igualitário à justiça para todos. No entanto, a morosidade processual, a seletividade e a falta de transparência prejudicam a efetividade dos Direitos Humanos. É essencial que os agentes públicos sejam responsabilizados por suas ações.

Digo isto aos agentes públicos a reflitam sobre sua responsabilidade na proteção dos Direitos Humanos. É imperativo que medidas sejam tomadas para garantir a dignidade e a justiça para todos os cidadãos. Além disso, um caso específico no Brasil que envolveu violação dos Direitos Humanos foi a “Operação Castelinho”. Em 2002, a polícia militar paulista matou 12 homens que seriam membros do PCC (Primeiro Comando da Capital) na rodovia Senador José Ermírio de Moraes, conhecida como Castelinho (SP-75), entre Itu e Sorocaba, no interior de São Paulo.

É necessário que haja um comprometimento efetivo com a promoção e proteção dos Direitos Humanos, que se traduza em políticas públicas eficazes e acessíveis a todos. Afinal, os Direitos Humanos não são privilégios, mas sim prerrogativas inerentes a toda e qualquer pessoa, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural.

Portanto, apelo aos senhores e senhoras agentes públicos para que reavaliem suas práticas e políticas, sempre com o objetivo de fortalecer o Estado Democrático de Direito e assegurar a dignidade humana. Que estejamos todos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e verdadeiramente humana.

Entretanto, a realidade frequentemente se desvia desse ideal. A violência, seja ela física, psicológica ou simbólica, continua a ser uma grave violação dos Direitos Humanos. O livro *Violência e Direitos Humanos: Estudos e Perspectivas* de José Geraldo de Sousa Junior (2020), destaca que:

[...] A violência não só fere o corpo e a mente, mas também desrespeita a dignidade inerente a cada indivíduo, o que constitui uma afronta direta aos Direitos Humanos”. esta citação sublinha a necessidade urgente de abordarmos e erradicarmos práticas violentas que comprometem a integridade das pessoas.

Além disso, a implementação de práticas de melhoria é crucial para enfrentar e remediar as violações dos Direitos Humanos. A obra *Direitos Humanos e Políticas Públicas* de André de Carvalho Ramos (2018) defende que:

[...] A construção de uma política pública eficaz requer uma abordagem integrada que combine a prevenção, a proteção e a promoção dos Direitos Humanos”. A combinação dessas estratégias pode auxiliar significativamente na criação de um ambiente mais seguro e justo para todos.

No contexto atual, é essencial que os agentes públicos desempenhem um papel ativo na promoção e proteção dos Direitos Humanos. Isso pode ser alcançado por meio de políticas claras e eficazes, treinamento adequado para todos os servidores públicos e mecanismos de fiscalização robustos. Como afirma o livro *O Papel do Estado na Proteção dos Direitos Humanos* de Maria Victoria Benevides (2021):

[...] o compromisso do Estado com a proteção dos Direitos Humanos deve ser evidente em suas ações e políticas, refletindo um esforço contínuo para assegurar que tais direitos sejam respeitados e promovidos.

Em conclusão, gostaria de ressaltar a importância de um compromisso renovado com a defesa dos Direitos Humanos. A violação desses direitos é uma questão que afeta a todos e, portanto, requer uma resposta coordenada e eficaz. Peço, portanto, que considere as recomendações acima e promova ações concretas para assegurar a proteção e a promoção dos Direitos Humanos em nosso país.

Estou à disposição para discutir este assunto mais detalhadamente e contribuir com possíveis soluções. Agradeço antecipadamente por sua atenção e compromisso com essa causa essencial.

Atenciosamente,
Paloma Nascimento da Silva
Estudante de Direito
[Faculdade Santa Helena]

The background of the page is a light gray grid of interlocking puzzle pieces. Some of these pieces are replaced by a darker gray checkerboard pattern. Several hands are shown in various positions, each holding a puzzle piece as if to place it into the grid. The hands are rendered in a simple, stylized manner with soft shading. The word "CRÔNICAS" is centered in the upper half of the page.

CRÔNICAS

CRÔNICAS DE UM PROCESSO FORMATIVO EM DIREITOS HUMANOS

Cauê Almeida Galvão
cauealmeidagalvao@gmail.com

Essas crônicas estão divididas por encontros, sendo que dessa forma, é composta por todas as interações que eu fiz durante o processo, bem como, tecendo alguns comentários conclusivos que possam ter fugido ao debate no momento.

Dessa forma, iniciamos com os comentários feitos sobre o excelente primeiro encontro com o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) José Marcos da Silva. Vale lembrar, que nessa primeira aula, o professor fez questão de fazer diálogos com os estudantes de forma simultânea e com ótimas respostas. Dessa forma, após o encontro, foi comentado no fórum online o seguinte comentário.

No primeiro debate, foi muito importante dialogarmos sobre a construção dos Direitos Humanos no tempo, sem deixar de observar os poderes envolvidos no discurso dominante eurocêntrico que finge não haver divergências diametrais entre os colonizados e os colonizadores. Um bom exemplo é sobre os direitos indígenas e de autodeterminação dos povos, ou seja, Direitos Humanos basilares. Os direitos indígenas e de autodeterminação não foram constituídas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, mas somente em 1991 via Organização Internacional do Trabalho (Convenção Nº 169 da OIT) e aplicadas no Brasil somente em 2004. Os indígenas por acaso não eram considerados humanos até 1991?

Na segunda unidade, com o professor Cezar Bueno, ele abordou seu tema de pesquisa e trabalho diário, a Justiça Restaurativa. Ao final de sua apresentação, o professor deixou no AVA três perguntas que se direcionavam aos Direitos Humanos, violência e Justiça Restaurativa e violência. As perguntas sintetizadas foram:

- QUESTÃO - Direitos Humanos - Como você, a partir do lugar onde atua, poderia pensar, refletir e socializar práticas efetivas de promoção dos Direitos Humanos?
- QUESTÃO - VIOLÊNCIA - Em que medida você considera que os diferentes tipos de violência configuram violação dos Direitos Humanos?
- QUESTÃO - VIOLÊNCIA E Justiça Restaurativa - Como você, considerando sua formação e prática profissional, imagina a possibilidade de utilização dos valores e das práticas restaurativas?

As respostas articuladas por mim foram:

- 1) **Questão Direitos Humanos:** As práticas de promoção dos Direitos Humanos no ambiente educativo, devem ser consolidadas não somente desde a perspectiva do documento citado (Declaração e Programa de Ação de Viena), mas também, fortalecer debates que necessitam fazer parte do leque educativo e que vem sofrendo diversos ataques há anos como Educação Sexual e Educação para as Drogas. Escolher não trabalhar esses temas é, de alguma forma, negar o debate de Direitos Humanos, pela imposição falso moralista articulada pelos defensores da negação dos DH. Por isso, essas práticas se fazem de extrema necessidade no contexto escolar, colaborando para uma consciência crítica dos jovens aos diversos momentos da vida, e que, o atingirá durante toda a sua vida.
- 2) **Questão violência:** No nosso contexto brasileiro, a violência está umbilicalmente vinculada a desigualdade social estrutural. Nesse sentido para a redução de diversas violências no contexto escolar, é importante em conjunto reduzir as desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero, etc., e fortalecer o acesso às possibilidades, pois, historicamente, existe uma enorme parcela da sociedade brasileira ao qual lhe é negado o direito de acessar os direitos básicos, e isso ocorre, pela concentração de renda excessiva, e do monopólio da violência de Estado exercido em defesa do grande capital e dos privilegiados em um complexo conluio elitista com a justiça seletiva nacional.
- 3) **Questão violência e Justiça Restaurativa:** As práticas restaurativas podem se somar aos esforços que tem se organizado em torno da educação para as drogas, colaborando na demonstração de como se articula uma política de guerra às pessoas, disfarçada de guerra contra coisas como as drogas. Nesse sentido, ao conscientizar a juventude sobre os pressupostos de uma política de extermínio, facilita-se a compreensão de uma justiça necessária e restaurativa que passa a discussão do problema real e diário que afeta a população periférica de nosso país.

Os temas e debates que o professor Cezar nos traz, auxilia e muito na consolidação de uma tentativa de participação dos pobres, negros, não-brancos e periféricos de participar do espaço elitista que representam os órgãos judiciais, pela via da Justiça Restaurativa, que ao fim, colabora em restaurar da justiça os espaços negados por essas populações historicamente vilipendiada de seus direitos mais básicos. Percebe-se em minhas respostas a discussão da Educação para as Drogas acaba tomando conta dos comentários, pois, é um tema urgente mas que infelizmente, não se avançam os espaços que seguem negando a realidade e sujeitando-se as falácias socioculturais de dominação.

No terceiro módulo tivemos a excelente oportunidade de ouvir a professora Catarina Carneiro Gonçalves expor suas pesquisas e anseios sobre a temática da comunicação não violenta. No sistema AVA após sua apresentação, a professora deixou três direções para

que fosse possível dialogarmos sobre as questões trazidas por ela. As questões eram as seguintes:

1. Considerando a função social da escola, cuja dimensão ética deve voltar-se para uma formação cidadã, solidária e pacífica, discuta a relevância da Comunicação Não-Violenta no contexto pedagógico.
2. Sistematize os principais fundamentos da Comunicação Não-Violenta e comente-os.
3. Relacione a prática de Comunicação Não-Violenta e o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes. Reflita em que medida essa forma de comunicação favorece a conquista da autonomia moral.

As respostas que eu construí foram:

1. A Comunicação Não-Violenta (CNV) no contexto escolar é de extrema relevância, entretanto, cabe a nós também pensar que o aspecto da sociedade polarizada afeta diretamente o diálogo possível, assim como, os elementos didáticos e pedagógicos preconizados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) autoritariamente imposta em 2017 nos indicam um complexo de vira-latas que nega ao estudante a representação de si mesmo. Nesse sentido a formação cidadã termina por ser sempre insuficiente. A solidariedade e o ambiente pacífico também são mais difíceis no contexto de negacionismo pois, os estudantes assim como os seus pais, são reprodutores de uma sociedade que caminha pelo discurso da violência e da negação do outro diverso.
2. Os principais fundamentos da CNV são respeito, autoconhecimento e conexão, e são elementos essenciais, porém, conforme apontado na primeira resposta, vivemos tempos difíceis por conta de um movimento externo ao ambiente escolar, mas que, o atravessa. E nesse contexto, a CNV é importante não só na comunicação dialógica, mas também na reconstrução de saberes que também são violentos. A minha experiência pessoal no ensino de história como professor me faz ver por exemplo como o currículo condiciona o estudante a ver-se como um apêndice do mundo, e isso o inferioriza fortalecendo os complexos de vira-latas, e consequentemente as relações violentas.
3. Conforme apresentado na resposta 2, a CNV é essencial não somente na comunicação mas sobretudo na construção dos saberes de uma forma descolonizada, buscando a moral e ética na compreensão da realidade histórica e se identificar como sujeito no mundo. Nesse sentido, para além da moral e ética, é preciso fortalecer também o diálogo sócio-histórico da descolonização dos saberes que possuímos em nossa BNCC, e que fortalecem, infelizmente, os complexos de vira-latas.

Nessa aula com a professora Catarina, falamos bastante sobre os aspectos de nossa contemporaneidade da comunicação violenta que é potencializada desde as redes sociais, e como, as novas gerações que já nasceram conectadas estão envoltas em diversos processos sem as devidas precauções que os aspectos dentro do espaço educativo poderiam colaborar. É nesse sentido que falei em minha resposta do complexo de vira-latas, que se compreende, como a inferiorização de si mesmo que é feita enquanto sujeitos que vivem em países historicamente colonizados. Esse processo efetivamente fortalece as relações violentas no ambiente escolar, assim como, as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, fortalecem ainda mais as classes oprimidas e opressoras no contexto da realidade social.

Realmente há uma potência grande da CNV afetar os processos educativos que colaborem para uma sociedade menos violenta. Porém, é necessário também que haja soluções coletivas por uma redução das desigualdades, e que, o pensamento crítico e descolonizado auxilie no processo de romper com as amarras do complexo de vira-latas que afeta diretamente a camada pobre e periférica desse país.

O Módulo 4, trouxe uma dupla de especialistas policiais para falar sobre o tema patrulha escolar e cultura de paz. Na aula apresentada pelos profissionais, confesso, que me causou certos desconfortos com alguns argumentos apresentados muito próximos da extrema-direita atual, algo que, diga-se de passagem, bem distante da prática necessária dos Direitos Humanos e da Justiça Restaurativa.

Um outro aspecto incômodo foi a insistência de um dos especialistas em falar sobre a eficiência de um programa considerado, tanto onde foi criado nos EUA como no Brasil, como um fracasso para a política pública sobre drogas. Assim como, não falar do tema de forma aprofundada, como um escudo para um debate franco e realista, sem falsos moralismos. A insistência evidentemente é explicada pelo participante ser participante do projeto. Porém, não foram respondidas perguntas feitas na aula, de por que o referido programa, se apropria de recursos públicos destinados à educação mesmo o programa sendo considerado ineficiente. Assim como não respondeu ao meu questionamento da inversão de papéis de um professor e um policial para explicar de forma didática como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) invade um espaço que não pertence a polícia, e sim, aos professores que atuam com a comunidade.

Ao final da aula, foram colocadas 3 questões no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), descritas a seguir:

1. A violência urbana e as condições sócio demográficas, as quais as novas gerações enfrentam, especialmente nos grandes centros urbanos, modificaram os padrões de sociabilidade dos indivíduos, refletindo diretamente nas relações sociais intraescolares. Sendo assim, a violência manifestada no cotidiano escolar tem sido reflexo também da realidade de violência experienciada nos ambientes extramuros.

Discorra sobre as vulnerabilidades enfrentadas pelos alunos e corpo profissional nos ambientes extraescolares e como isso se reflete como extensão de violência dentro do ambiente escolar, as quais violam os princípios estruturantes dos Direitos Humanos.

2. Como medida de segurança, a partir do final dos anos 1980, houve a inserção paulatina de Militares Estaduais dentro do ambiente escolar, estabelecendo assim políticas públicas que promoveram essa “interação” da segurança pública com a escola. Nesse sentido, foi posto à área da Segurança Pública a responsabilidade de lidar com a mediação dos conflitos no ambiente escolar, algo ainda em fase de aprendizagem transversal para os Agentes responsáveis pela Aplicação da Lei, bem como trazendo para o ambiente escolar a “vigilância” vivenciada nos ambientes não acadêmicos. Relate sobre experiências vividas de políticas públicas que abordem o contexto da inserção dos Militares Estaduais e o papel desenvolvido por esses atores.
3. Diante dos diversos cenários de violência escolar, quais iniciativas integradas poderão estruturar um Plano Interinstitucional, o qual envolverá a Comunidade Escolar, na elaboração de ações permanentes e eficientes?

Minhas respostas giraram em torno do debate que citei acima e toca diretamente na minha pesquisa que vem sendo feita há mais de 10 anos.

1. A escola é parte integrante da sociedade na qual ela está inserida. As vulnerabilidades fora do espaço escolar são definidas pela localidade da escola. As escolas periféricas tendem a ter uma condição de violência maior pela falta de infraestrutura proposital construída pelo Estado, assim como, pela violência exercida pelo mesmo Estado via aparatos de segurança pública, que tratam com distinção desde os treinamentos iniciais nas corporações, as pessoas pobres e ricas. A falta dos Direitos Humanos nas escolas estão relacionadas as desigualdades estruturais e a forma como o Estado cria uma seletividade de atuação entre pobres e ricos, pretos e brancos, enfim. O processo da violência escolar é o processo da violência distintiva do aparato estatal na região onde a escola se encontra.
2. Qual a necessidade de vigilância em um espaço escolar de aprendizagens? O cuidado é o melhor elemento nesse contexto. A vigilância impõe uma lógica fora do contexto da realidade dos estudantes, causando muitas vezes como já observado, a ojeriza em relação aos agentes de segurança pública no espaço escolar, pois, muitas vezes, são os mesmos que inviabilizam os Direitos Humanos nas comunidades das escolas. Infelizmente a formação das forças de segurança ainda traz muitas marcas do período de exceção no Brasil, assim como, segue com a mentalidade colonial de tratamento racial diferenciado. Nesse sentido,

mais do que fazer parte do ambiente escolar, cabe a esses agentes uma formação menos racista e seletiva.

3. As iniciativas importantes de serem colocadas são de desenvolvimento socioeconômico da região via diversos outros braços do Estado. Faz-se muito mais importante a participação da assistência social, da secretaria de trabalho e renda, da secretaria de Direitos Humanos, da interação dos professores sobre temáticas como drogas e sexualidade. Infelizmente, no caso das drogas, as polícias militares se apropriam do recurso que deveria estar na escola para colocar no espaço da escola, profissionais que não tem capacidade formativa. Aí cabe novamente a pergunta: Se um professor não pode pegar uma arma e sair atrás de bandido pela madrugada, pois não tem formação para tal. Porque é que policiais podem adentrar o espaço educativo sem a devida formação para reproduzir cartilhas que são oriundas de um projeto considerado ineficiente pelo governo dos EUA como é o *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), assim como, o PROERD também é considerado ineficaz, e no caso brasileiro, há demonstrações de um maior repelimento desses indivíduos no contexto escolar exatamente por serem os mesmos que pisam sobre os Direitos Humanos no espaço extra-escolar.

Como educador, valorizo amplamente o debate de ideias, e quando estou em espaços onde percebo que há uma imposição de ideias sem as devidas colocações contrárias, fico me questionando ainda mais, como coloquei na resposta 3 se esse módulo não seria melhor apresentado e dialogado por educadores. Pois, ao dar voz ao ente externo do processo de educação escolar, criam-se discursos dominantes que em vez de nos auxiliar como sociedade, nos colocam ainda mais sob a vigilância seletiva e racista do Estado, sobretudo nos aparatos de segurança pública e justiça.

No 5º Módulo, a professora Maria Aparecida Vieira de Melo, coordenadora do curso, nos traz um excelente debate sobre Direitos Humanos e sexuais.

Um tema de extrema importância conforme eu mesmo comentei nos tópicos de módulos anteriores. Importante, porém, invisibilizado pela negação do avanço social pelos instrumentos falsos moralistas religiosos, que destituem a sociedade de seus Direitos Humanos, para colocá-los novamente com direitos religiosos. Infelizmente, o Brasil vem sofrendo ativamente com a apropriação das religiões sobre os espaços do Estado. Dessa forma, temas como as drogas ou os direitos sexuais passam a ser visto como temas polêmicos ou tabus, o que colabora para o consumo sem consciência de drogas entre jovens, como para gravidez na adolescência ou bullying homofóbico, assim como as violências racistas.

As perguntas deixadas pela professora no AVA eram as seguintes:

1. Como você tem compreendido os novos arranjos familiares?
2. Como o direito de amar pode ser respeitado entre os diferentes gêneros?

3. A educação em Direitos Humanos a favor do combate a violência homoafetiva deve ser ensinada tanto em casa quanto na escola?

As respostas que fiz foram:

1. Compreendo os novos arranjos sociais como modelos que sempre existiram no seio das sociedades mas que somente a partir do século XX é que vão se constituir enquanto sujeitos de direitos nas legislações nacionais. Infelizmente no Brasil, esse avanço vem ocorrendo por meio de ações da justiça, tendo o ente legislativo, se dedicado mais a negação da temática pelos interesses do *lobby* religioso.
2. O direito de amar não só pode, como deve ser respeitado entre qualquer gênero. As pessoas precisam compreender que a sexualidade alheia não lhe cabe juízo algum. 3) Sim, a educação em Direitos Humanos deve estar presente no ambiente escolar em diversos aspectos, desde a sexualidade, passando pela homoafetividade e adentrando as temáticas condizentes com as idades dos estudantes. Somente a partir dessas atividades já é possível ampliar o conhecimento dos estudantes para compreenderem quando estão sendo vítimas de acoissadores, sejam eles pais, familiares como é o mais comum, assim como professores e membros do ambiente escolar. Em casa, essa educação também se faz necessária, porém, é mais fácil chegar nela, por meio do diálogo com o estudante e esse projetando em sua família e compartilhando os saberes adquiridos nas escolas. Dessa forma, evita-se a ampliação dos discursos falaciosos que permeiam o debate sobre os Direitos Humanos.

Nessas respostas busquei dialogar com o que foi também apresentado pela professora durante a aula síncrona.

Considero que esse curso me trouxe novas compreensões de alguns campos e correntes de pensamento, assim como, coisas que já conhecia e que me facilitaram construir respostas desde minhas experiências pessoais, educacionais, como docente e pesquisador.

A partir dessa crônica, busquei construir um breve relato de interação que acabei por construir durante o curso de forma síncrona e as respostas posteriormente no AVA. Nela busco expor um pouco das minhas angústias e alegrias durante o processo formativo.

Espero dessa forma, conseguir exprimir alguns pontos que não foram possíveis ser expostos durante as aulas e mesmo nas respostas do AVA.

Posfácio

Maria Aparecida Vieira de Melo

Usar das diferentes expressões artísticas, a literatura, a poesia, cartas e crônicas nos permitem adentrar a compreensão de que o tempo da formação ocasionou saberes inenarráveis, expressos de várias formas.

As outras linguagens que expressam os saberes construídos, nos remetem a importância da formação oriundo deste curso de aperfeiçoamento que favoreceu aos cursistas expressarem suas compreensões inerentes aos Direitos Humanos e a Justiça Restaurativa: práticas integrativas.

Quanta beleza expressa atravessada pelas experiências e idealizações de um novo mundo, onde a violência deixará de uma linguagem nata e a paz por meio das relações interpessoais possam ser mediadas pela cultura da paz.

O conjunto de coisas ditas e escritas nestas palavras, denotam o quanto que os cursistas ressignificaram os saberes apreendidos através das partilhas realizadas nas aulas, nos fóruns e na sistematização final deste processo formativo.

Assim, se expressa o nível de sensibilidade não somente nas poesias, mas nas cartas e crônicas que comunicam questões tão peculiares aos seus autores, reverberando assim nos mais variados desdobramentos que os Direitos Humanos suscitam, por isso, emergem sensações ao leitor que se depara com denúncias e anúncios de inéditos viáveis que favorecem para que possamos esperar para dias melhores.

Portanto, estes textos são caminhos que nos suscitam a fazermos outras escolhas, bem como outras práticas arraigadas nas práticas da Justiça Restaurativa, na cultura de paz e na comunicação-não-violenta. Vivemos, na esperança de que possamos ser ousados, revolucionários e apaixonados pelas invenções pedagógicas que podem recriar este mundo que estamos, apenas de passagem, mas que diante do que está escrito, nos eternizamos.

Por tudo isso, agradecemos as sensações experienciadas em cada texto que os autores nos proporcionaram ao aprofundamento do saber necessário sobre os Direitos Humanos e a Justiça Restaurativa, fortalecendo a ampliação dos saberes que foram compartilhados de forma compromissada com a mudança que desejamos neste mundo.

Índice Remissivo

P

PRÁXIS 14

R

REFLEXÃO 13, 15, 16, 19, 66

A

APRENDIZAGEM 11, 12, 57, 60, 73, 74

B

BARBÁRIE 54

C

CONHECIMENTO 24, 26, 29, 36, 37, 42, 76

D

DIREITOS HUMANOS 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11,
12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 29,
30, 31, 34, 35, 40, 41, 43, 46, 47, 50, 52, 53,
54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67,
68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77

E

EDUCAÇÃO 4, 5, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 22,
23, 26, 27, 30, 34, 35, 38, 39, 52, 56, 57, 59,
60, 61, 66, 71, 73, 75, 76

EXPERIÊNCIA 15, 18, 72

EXTENSÃO 7, 13, 15, 30, 40, 56, 74

F

FORMAÇÃO 7, 13, 15, 19, 53, 54, 60, 61, 65, 66,
70, 72, 74, 75, 77

FORMAÇÃO CONTINUADA 54, 60, 61

I

INTEGRAÇÃO 27

J

JUSTIÇA RESTAURATIVA 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10,
13, 14, 15, 16, 18, 26, 29, 30, 35, 38, 39, 40,
43, 46, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65,
70, 71, 73, 77

L

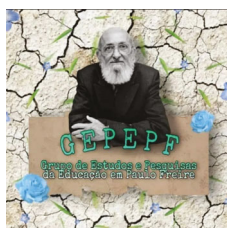
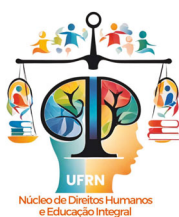
LIBERDADE 24, 34, 41, 52, 56



Composto na
CAULE DE PAPIRO GRÁFICA E EDITORA
Rua Serra do Mel, 7989, Cidade Satélite
Pitimbu | Natal/RN | (84) 3218 4626
cauledepapiro.com.br



CENTRO
PAULO FREIRE
ESTUDOS & PESQUISAS



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

editora
CAULE DE PAPIRO®

